



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

VANESSA SILVA DA ANUNCIÇÃO

CONDICIONANTES SOCIAIS NA CARREIRA POLÍTICA DE MULHERES

São Cristóvão - SE

2025

VANESSA SILVA DA ANUNCIÇÃO

CONDICIONANTES SOCIAIS NA CARREIRA POLÍTICA DE MULHERES

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado (a) em Ciências Sociais na Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Ciências Sociais.

Orientador: Prof.Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira

São Cristóvão-SE

2025

VANESSA SILVA DA ANUNCIAÇÃO

CONDICIONANTES SOCIAIS NA CARREIRA POLÍTICA DE MULHERES

São Cristóvão, ____ de _____ de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.Dr Wilson José Ferreira de Oliveira

Profª.Drª Fernanda Rios Petrarca

Profª.Drª Simone de Araújo Pereira

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é resultado de esforços e conquistas que só foram possíveis porque não estive sozinha nessa caminhada, sou o resultado da união de mulheres fortes. Carrego comigo os conselhos de minha avó, Maria Cremilda Gonçalves, analfabeta, porém, uma das maiores entusiastas da educação que eu já conheci, ela sempre me diz que só os estudos abrem as portas das oportunidades, da mudança de vida e da independência feminina, mesmo sem nunca ter estudado o suficiente para alcançar o seu sonho de ser economista, sempre lutou e conquistou o suficiente para ajudar na minha criação e não me deixar faltar nada, por isso, te agradeço eternamente vó!

Agradeço a minha mãe, Rita Gonçalves, por ser um exemplo de mulher destemida que sempre fez de tudo pela minha felicidade, apoia e acredita nos meus sonhos, me motiva e não permite que eu duvide de mim, obrigada mãe!

À minha avó, Maria da Natividade, que infelizmente não está presente fisicamente neste plano para ver essa conquista, mas, em vida foi uma mulher forte, autêntica e perspicaz. Obrigada vó, você que sempre perguntava quando eu concluiria, finalmente finalizei essa etapa, sei que comemora essa conquista comigo de onde estiver.

Aos meus sogros, especialmente minha sogra Débora Falcão, por ser uma das minhas principais redes de apoio nesse período, me ajudando a conciliar os estudos com a maternidade, gratidão por todos os ensinamentos e pelo exemplo de vida!

Ao meu noivo, Gustavo Falcão, por ser meu melhor amigo e ouvinte na vida e consequentemente nesse processo, me ajudando nos momentos difíceis, me encorajando e dando o maior apoio possível na realização dos meus sonhos.

Ao meu filho, Bernardo, por ser a maior fonte de inspiração e fortaleza que posso encontrar na vida para seguir persistindo e acreditando em um mundo melhor.

Não poderia deixar de agradecer também ao Prof.Dr. Wilson Oliveira, por me apresentar as oportunidades de fazer pesquisa desde a iniciação científica, obrigada por todo apoio e pelos ensinamentos constantes na minha formação como pesquisadora. Nesse sentido, agradeço também ao LEPP (Laboratório de Estudos do Poder e da Política) coordenado pelo Prof.Dr. Wilson Oliveira e pela Profª.Dra. Fernanda Petrarca pela experiência de poder partilhar e aprender com os demais colegas pesquisadores, o que foi e continua sendo fundamental para a minha formação e constante aprendizado e crescimento enquanto socióloga.

Aos professores especiais que passaram pela minha vida e sempre acreditaram e me apoiaram, seguem sendo inspirações e amigos que continuam acompanhando e vibrando pelas minhas conquistas, em especial, Profa. Soraia Brito e Prof. Adilson Peixinho.

Por fim, agradeço aos meus colegas e amigos que sempre torcem por mim e que foram essenciais para tornar esse processo mais leve, em especial; Fábio Henrique, Willane Lourene, Maria Camila, Alicia Barreto, Yane Pereira, Kleisila Rocha e todos aqueles que passaram pela minha trajetória na graduação tanto na UFS quanto na UFRB e se fizeram especiais na minha vida. Gratidão!

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso analisa quais são os condicionantes sociais comuns em perfis de mulheres que se candidatam às prefeituras do estado de Sergipe, realizando uma análise do perfil sociográfico das candidatas tendo como base os dados de autodeclaração étnico racial, grau de instrução e ocupação das mulheres que se candidataram às prefeituras do estado de 2008 a 2024. Para situar o contexto histórico e político nos quais as candidatas se inserem, foi estudado os contornos da dinâmica política da região tendo em vista a relação entre grupos e agrupamentos políticos de base familiar e a participação feminina nesse contexto. Como metodologia, foi utilizado o levantamento de dados estatísticos e elaboração de gráficos a partir das informações disponíveis no site do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), revisão bibliográfica acerca da temática das mulheres na política no Brasil, principalmente, no nordeste no que tange a carreira de mulheres advindas de famílias com capital político e poder local e estudos no que diz respeito à dinâmica sócio histórica de grupos e agrupamentos de base familiar. Por fim, essa pesquisa demonstra o perfil sociográfico das mulheres candidatas e apresenta o perfil das eleitas, bem como observa as relações sociopolíticas e de gênero que atravessam a participação feminina na política institucional. Os resultados mostraram que as mulheres candidatas compõem um perfil de majoritariamente pardas e brancas com ensino superior completo, não obstante, entre as eleitas as mulheres brancas lideram o percentual.

Palavras-chave: mulheres, candidatas, política.

ABSTRACT

This graduation thesis analyzes the common social determinants in the profiles of women who run for mayorships in the state of Sergipe, conducting an analysis of the sociographic profile of the candidates based on data regarding self-declared ethnic-racial identity, education level, and occupation of women who ran for mayorships in the state from 2008 to 2024. To situate the historical and political context in which the candidates are inserted, the contours of the political dynamics of the region were studied, considering the relationship between family-based political groups and the participation of women in this context. As a methodology, statistical data collection and the creation of graphs were utilized based on information available on the TSE (Tribunal Superior Eleitoral) website, along with a literature review on the theme of women in politics in Brazil, particularly in the Northeast, regarding the careers of women from families with political capital and local power, and studies concerning the socio-historical dynamics of family-based groups and collectives. Finally, this research demonstrates the sociographic profile of women candidates and presents the profile of those elected, as well as observing the socio-political and gender relations that permeate women's participation in institutional politics. The results showed that the women candidates predominantly have a profile of mixed-race and white individuals with a complete higher education; however, among those elected, white women lead in percentage.

Keywords: women, candidates, politics.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de mulheres eleitas prefeitas em SE de 2008 a 2024.....	30
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Percentual de candidaturas femininas para prefeituras do estado de SE de 2008 a 2024.....	31
Figura 2 - Agrupamento Mitidieri em 2023.....	40
Figura 3 - Declaração étnico-racial de mulheres candidatas a prefeitas em 2016, 2020 e 2024.....	47
Figura 4 - Autodeclaração étnico racial de mulheres eleitas prefeitas em SE-BR.....	51
Figura 5 - Declaração étnico racial e grau de instrução de mulheres candidatas para as prefeituras de Sergipe em 2016.....	51
Figura 6 - Declaração étnico-racial e grau de instrução de candidatas para as prefeituras de Sergipe em 2020.....	52
Figura 7 - Declaração étnico racial e grau de instrução das candidatas para as prefeituras de Sergipe em 2024.....	52
Figura 8 - Grau de instrução das candidatas para as prefeituras de SE em 2012.....	53
Figura 9 - Grau de instrução das candidatas para as prefeituras de Sergipe em 2008.....	53
Figura 10 - Grau de instrução das eleitas prefeitas em SE - BR de 2012 a 2024.....	57

LISTA DE SIGLAS

PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PPS	Partido Popular Socialista
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Movimento Democrático Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PFL	Partido da Frente Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
ALESP	Assembléia Legislativa de São Paulo
PODE	Podemos
PSC	Partido Social Cristão
DEM	Democratas
PP	Progressistas
PR	Partido Republicano
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PC	Partido Comunista
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
INES	Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos
RASEAM	Relatório Anual Socioeconômico da Mulher

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I: MULHERES NA POLÍTICA: entre as bases familiares e os agrupamentos políticos.....	20
1.1: Estado da arte: Mulheres na política no contexto de grupos políticos de base familiar e agrupamentos.....	21
1.2: Política, uma esfera impositivamente patriarcal.....	27
CAPÍTULO II: GRUPOS E AGRUPAMENTOS POLÍTICOS EM SERGIPE DE 2007 A 2023.....	33
2.1: Grupos políticos de base familiar e formação de agrupamentos.....	34
2.2: A presença feminina nos grupos políticos de base familiar em Sergipe.....	41
CAPÍTULO III: CANDIDATAS E PREFEITAS SERGIPANAS: QUEM SÃO ELAS?.....	44
3.1 Perfil social das mulheres candidatas de 2008 a 2024.....	46
3.1.1 Pardas candidatas e brancas eleitas.....	47
3.1.2 Diplomadas, da academia às prefeituras.....	51
3.1.3 Os dilemas do cuidado, do âmbito privado ao público.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62

INTRODUÇÃO

A atuação das mulheres na sociedade é prescrita pelas consequências da divisão sexual do trabalho e da diferenciação de papéis sociais, nos quais a relação entre o universo feminino e masculino é perpassada pelas questões de gênero calcadas em justificativas biológicas dos corpos femininos e masculinos, onde ao feminino é instituído o papel social de reprodução e cuidado, decorrendo de uma dominação do masculino no qual é atribuído virilidade e poder.

No entanto, esse caráter de justificativa de determinação de papéis segundo o biológico não passa de uma construção social instituída para a manutenção da dominação masculina em espaços de poder. Nesse sentido, o imaginário social naturaliza ao homem atividades voltadas à chefia. A força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada (Bourdieu, 2012, p.33).

Posto isso, parte de um esquema de classificação social nos quais papéis sociais são atribuídos a homens e mulheres, concernentes aos âmbitos de espaços públicos e privados, onde aos homens são delegadas funções públicas de execução e liderança e as mulheres às atividades relacionadas ao cuidado e reprodução, tais noções discriminam os espaços que elas devem ocupar e definem como devem ocupá-los no que tange às posições sociais e os modos de ação inscritos nas atividades que comumente são destinadas às mulheres.

O dilema entre o público e o privado na vida social feminina no decorrer da história, ainda que europeia, é analisado por Costa (1988), no qual esse dualismo presente da pólis grega ao liberalismo descrito pela autora, foi por vezes colidido, reafirmado ou sofreu alterações em seu significado em decorrência das transformações sociais.

"O fato histórico decisivo é que o privado moderno na sua mais apropriada função, a de proteger ao íntimo, se descobriu como o oposto não à esfera política mas à social, com a que se encontra mais próximo e autenticamente relacionado." (Costa 1998 *apud* ARENDT. 1993:49, p.55).

As transformações entre o público e o privado, mostraram que as características do público podem ser uma extensão do privado ou que as atividades das mulheres nos espaços públicos da sociedade no decorrer da história tornaram menos enrijecidas essas definições, apesar, da maioria delas estarem atreladas a relações domésticas e de cuidado pelas

imposições sociais. No entanto, no liberalismo onde é evocado o ideal de propriedade e posse que as diferenças entre público e privado se reafirmam, o homem como indivíduo livre e proprietário tem como uma das suas posses a mulher, que mesmo que proprietária está designada a:

"... produzir as condições para dar ao homem sua entrada ao 'político'. Sem a mulher na esfera privada que guarde o âmbito da necessidade, não poderá dar-se o cidadão nem o negociante. Sem a Sofia doméstica e servil, não poderia existir o Emílio livre e autônomo. Sem a mulher privatizada, não poderia dar-se o homem público. Se encerra a mulher no privado doméstico como uma condição de possibilidade para que o homem tenha acesso, sem problemas, ao reino do público-político" (Costa, 1998 *apud* PETIT. 1994:23 p.60).

Desta feita, essas diferenciações estão inscritas no *habitus* nas relações entre o feminino e o masculino no qual as atividades políticas estão elaboradas no imaginário social como pertinente ao universo masculino. No entanto, com base nos processos históricos não é possível dizer que as mulheres são passivas em relação a esse movimento de instituição desse padrão, haja vista as lutas femininas que marcaram a história brasileira para que as mulheres pudessem participar da vida política. O direito ao voto foi nacionalmente estendido à mulher em 1932. Este foi um direito obtido após uma mobilização feminina intensa sob a liderança de Bertha Lutz. A participação política feminina se revela nos vários momentos sociais que marcaram o processo histórico brasileiro: o movimento abolicionista, o movimento pela República, etc. (Blay, 2015, p.11).

No entanto, isso não quer dizer que o acesso ao voto viabilizou o equilíbrio na representação feminina na política. Até o início dos anos 80, o quadro de assimetria existente nesse sentido sofreu poucas alterações (Araújo, 1998). Considerando, então, que o voto obrigatório não seria suficiente para garantir a participação adequada de mulheres, passamos ao debate das cotas eleitorais de gênero. O debate sobre cotas no Brasil iniciou-se em 1995, justamente após a supramencionada Conferência de Beijing de 1995. O primeiro projeto de lei, de autoria de Marta Suplicy (Projeto nº 783/95), que esteve na Conferência, propunha que cada partido poderia registrar candidaturas de, no mínimo, 30% de mulheres (Souza, 2020 *apud* Ramos, 2015, p.58).

A Lei nº 9.504, de 1997, que regulamentou as eleições estaduais e federais, estendeu o princípio para a disputa das Assembléias Legislativas Estaduais e da Câmara dos Deputados Federal. A Lei nº 9.100 determinou que 20% das vagas das listas partidárias para as Câmaras de Vereadores fossem preenchidas por mulheres; a Lei nº 9.504 ampliou esse número para 30%, proporção mantida em todas as eleições seguintes, tanto municipais quanto estaduais e

federais (Miguel e Queiroz, 2006,p.3). Porém, as análises segundo os balanços posteriores à implementação das cotas mostram que a efetivação da lei para as eleições proporcionais, mesmo que sendo um avanço considerável, não supera os obstáculos que as mulheres enfrentavam para adentrar a vida política, haja vista as contradições na própria lei, a começar pela não obrigatoriedade do preenchimento da cota:

Não mudou, porém, o fato de que as vagas destinadas às mulheres são facultativas, isto é, os partidos tanto podem preenchê-las com candidatas (do sexo feminino) quanto deixá-las em aberto. Em todas as eleições ocorridas sob a vigência das cotas, na esmagadora maioria das listas, o percentual efetivo de mulheres concorrendo era inferior ao estabelecido em lei. Além disso, a legislação, no momento em que determinou a reserva de vagas, ampliou o total de candidaturas de cada lista. Ou seja, as vagas para mulheres não representaram uma diminuição no número de candidatos homens. (Miguel e Queiroz, 2006, p. 4)

Como determina o processo do ciclo de criação das políticas públicas, após efetivada, a cota de gênero foi avaliada e mostrou-se que os resultados não eram tão positivos quanto o esperado, pela decorrência da não obrigatoriedade da cota os partidos não preenchiam o quantitativo determinado alegando que as mulheres não se interessavam em ocupá-las. Ou seja, os partidos justificavam o não preenchimento da cota afirmando que, por mais que as vagas estivessem reservadas, eles não conseguiam preencher essas vagas com mulheres. Assim, visando a supressão dessa falha, houve a promulgação da Lei nº 12.034 (Souza, 2020):

Ao alterar a expressão “reservar” por “preencher” o legislador visava tornar obrigatório a apresentação de candidatas mulheres, gerando para o partido uma obrigação a ser cumprida. Embora seja apenas a alteração de uma palavra, é uma alteração significativa, na qual antes os partidos deveriam apenas reservar uma quantidade dos candidatos que iriam lançar, e agora necessitavam que essas vagas fossem efetivamente preenchidas. (Souza, 2020, p.60)

Nesse contexto, é possível perceber a tentativa de manutenção de um sistema *androcêntrico* segundo Bourdieu (2012), de manutenção da relação de dominação onde se impera a presença do homem na política. Contudo, o marco histórico de efetivação das cotas de gênero e seus desdobramentos é importante para visualizar que mesmo com a instauração da referida lei, existem fatores dentro do sistema social e político que a lei não consegue abarcar para promover uma representação feminina significativa na política, estes vão desde as definições sociais que são atreladas ao gênero como a dupla jornada de trabalho entre as mulheres, o patriarcalismo até as relações que são estabelecidas dentro dos sistemas políticos que podem facilitar ou não a entrada e manutenção de mulheres na política. Entendemos por

patriarcado um sistema social de relações de gênero no qual existe desigualdade entre estas, havendo um predomínio da figura masculina nos diversos espaços sociais (Saffioti,1987).

A análise da relação entre os contextos locais/regionais e as possíveis alterações provocadas pelas cotas é importante, sobretudo pelas características do país. Suas dimensões geográficas e as particularidades econômicas e políticas que marcam as regiões e/ou estados terminam por dar contornos específicos aos pleitos eleitorais (Araújo, 1998, p.17).

Todavia, existem mulheres que ultrapassam as barreiras da sub-representação e conquistam carreiras exitosas na política, portanto, é preponderante analisar quais os recursos acionados e o contexto sócio político para que essas mulheres consigam adentrar e se manter na vida política. A partir das eleições legislativas de 2010 no estado do Rio Grande do Sul, Schulz e Moritz (2015), destacam três espécies de recursos: políticos, sociais e econômicos. No que se refere respectivamente a trajetória política, são; contatos dos candidatos (as), fatores sociodemográficos e financiamento de campanha. Ademais, Clara Araújo (2009) adiciona o fator cultural além do político e social para compreender a relatividade dos efeitos da política de cotas na cultura e como isso se relaciona com o sucesso ou insucesso de candidaturas femininas ao poder legislativo no Brasil.

Os culturais destacam os valores mais gerais que influenciam uma dada sociedade, bem como uma cultura de gênero mais ou menos igualitarista (NORRIS, 1993). Os sócio-econômicos remetem a alguns indicadores, como escolaridade, renda e emprego. Já a dimensão política é tratada mais do ponto de vista das instituições partidárias e eleitorais e dos tipos de sistemas de representação (JONES, 2008, p. 79). Não há, contudo, consenso sobre o peso de cada um deles na definição das disposições e das chances das mulheres para concorrer e se eleger a um cargo legislativo. Mas reconhece-se essas dimensões como centrais e, de algum modo, interconectadas. (Araújo, 2009 *apud* Norris, 1993, Jones,2008, p. 25)

No entanto, é preciso ir além para compreender como a cultura está interseccionada com relações específicas no sistema político, baseado nas características regionais de “fazer política” e como as mulheres estão inseridas nesse contexto. Sobretudo, é necessário pensar a política brasileira através da reunião de todos os seus aspectos a partir de análises que se afastam do universalismo eurocêntrico para identificar dentro do sistema político relações de parentesco e relações personalizadas próprias do fazer política no país elencadas em Commeford e Bezerra (2013), estas dinâmicas estão inseridas nas relações entre os políticos no que diz respeito às dinâmicas de aliança bem como na relação político e eleitor.

Logo, considerando as particularidades sociais e históricas que demarcam o processo de colonização no país com marcadores de relações coronelistas em seu processo histórico que moldaram e moldam até hoje alguns aspectos dos relacionamentos políticos.

Ao voltar à perspectiva analítica dos coronéis e à estruturação do coronelismo, conforme interpretações de Murilo de Carvalho (1996), a estruturação política e administrativa, os vícios e continuidades do modo de gerir e de instituir as futuras representações políticas do país que perduram até hoje na dinâmica política do Brasil, são e foram instituídos a partir das regalias provenientes da época colonial, as quais prosseguiram durante o Império e resulta na República, que foram bastante reproduzidas no período ditatorial. (Bonfim, 2024, *apud* Carvalho 1996, p.62)

Portanto, essas relações de mandonismo fundamentam como a política foi dinamizada no Brasil, os acordos com vieses clientelistas entre os grandes senhores e seus empregados, as relações de aliança entre famílias para a manutenção do poderio entre elas personalizam a conjuntura política e com isso, é possível compreender como o sistema político funciona em torno da dinâmica de grupos, agrupamentos e alianças com base na política de base familiar. No entanto, é preciso analisar as mulheres nesse contexto e as transformações decorrentes disso. Nessas relações institucionalizadas pelo patriarcalismo, as mulheres na maioria das vezes ocupavam o lugar de subserviência na esfera privada e participavam das dinâmicas de alianças matrimoniais no Brasil colonial, processos que são relatados na obra de Freyre (2003), semelhante ao que Bourdieu descreve em *Dominação Masculina* (2012):

O princípio da inferioridade e da exclusão da mulher, que o sistema mítico-ritual ratifica e amplia, a ponto de fazer dele o princípio de divisão de todo o universo, não é mais que a dissimetria fundamental, a do sujeito e do objeto, do agente e do instrumento, instaurada entre o homem e a mulher no terreno das trocas simbólicas, das relações de produção e reprodução do capital simbólico, cujo dispositivo central é o mercado matrimonial, que estão na base de toda a ordem social: as mulheres só podem aí ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos cujo sentido se constitui fora delas e cuja função é contribuir para a perpetuação ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens. (Bourdieu, 2012, p 55)

Lima (2017) em diálogo com a teoria de Pateman (1993) identifica o capitalismo como um sistema patriarcal onde o casamento se torna um ato vantajoso para identificação social da mulher ainda na atualidade. Porém, é possível observar a saída de mulheres da esfera privada para a esfera pública. No entanto, cada contexto demonstrará a combinação de recursos que as mulheres ativam para obter êxito na vida pública. Em Sergipe, o sistema político se dá com base nas alianças entre grupos e agrupamentos sedimentados na política de base familiar, o que foi observado por Oliveira e Petrarca (2022), por exemplo, nas eleições de 2022 no estado que se apresentou como um cenário de provável mudança política em termos de representação, mas que, na verdade se configura como uma continuação da política de base familiar .

Essas mudanças, no entanto, referem-se à quantidade e ao grau de representação, mas não estão dissociadas das condições de emergência e consolidação dos principais grupos políticos do estado. Tratando-se de um sistema político que tem por princípio as “alianças” entre grupos de “base familiar”, observa-se que em meio

ao aparecimento de novos eleitos e eleitas e até certa taxa alta de “renovação”, há a continuidade da política de aliança de “base familiar”. (Oliveira e Petrarca, Brasil de Fato, 2022)

Dessa maneira, se faz pertinente a análise do sistema político sergipano com base no conceito de “parentela” Queiroz (1997). A parentela se configura como uma estrutura que condiciona a entrada de sujeitos na política a partir das relações de consanguinidade, afins e de apadrinhamento que interligam os aspectos políticos, econômicos e de parentesco. A relação de parentela, pode ser identificada dentre os grupos políticos sergipanos que se aliam na formação de agrupamentos constituídos por alianças entre famílias e partidos. Sendo assim, os grupos políticos são descritos como coletivos que promovem a associação entre indivíduos, famílias e partidos, que reúnem forças para alcançar objetivos diversos - particulares e coletivos -, e que apresentam o anseio comum de ascender membros a algum cargo político (Camargo, 2014).

Neste sentido, a parentela se revela como uma ferramenta teórico-metodológica que permite apreender as conexões, relações entre elites, família e política. Relações demonstradas a partir dos estudos das lideranças políticas nacionais e dos espaços de profissionalização política e provenientes das articulações por elas construídas (Bonfim, 2024, p.65).

Embora datado ao período correspondente ao final do século XIX até meados da década de 30, o conceito de parentela contribui analiticamente ainda hoje, para direcionar uma compreensão sobre a construção da rede de parentes e amigos de um chefe político, a qual se constituía na sua base de dominação e de apoio político. De tal modo, a parentela se constituiu como uma estrutura de dominação e hierarquização social, das esferas políticas, profissionais e sociais do Estado. (Bonfim, 2024, p.65)

A contextualização das dinâmicas de alianças na política sergipana é necessária, para que, a partir disso seja possível compreender as características do sistema em que as mulheres estão inseridas ou quais barreiras elas precisam enfrentar na busca da entrada na vida pública a depender do condicionamento acionado para entrada na política. Partindo disso, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o contexto sócio político do estado no tocante à participação feminina na política e visualizar o perfil sociográfico das mulheres que se candidataram às prefeituras de Sergipe de 2008 a 2024.

Nesse período, há a ocorrência de um marco importante para a política brasileira que foram as jornadas de 2013 onde se suscita uma movimentação de renovação política e mudanças significativas na forma com qual se concebe a política brasileira tendo como

decorrência a lava jato em 2014, porém, essa análise não irá se debruçar nessas questões, mas, não é possível ignorar a preponderância deste fato para o cenário político no Brasil e as alterações que ocorreram a partir disso que podem ter impactado ou incrementado recursos a mais a serem usados em campanhas eleitorais, como é o caso das candidaturas de profissionais da justiça na política como sinônimo de segurança.

No entanto, é preciso visualizar primeiramente os perfis no que se refere às variáveis de raça, escolaridade e ocupação a fim de identificar possíveis desigualdades nesse espectro no que condiz ao questionamento: Qual o perfil das mulheres que concorrem nos pleitos eleitorais para o executivo em Sergipe? É nesse sentido, que a justificativa do presente trabalho se dá pela necessidade de visualizar as variáveis sociais presentes na carreira política de mulheres candidatas a prefeitas. Para a execução metodológica, foram combinados métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa:

Quantitativo, no levantamento dos dados percentuais de mulheres candidatas para as prefeituras de 2008 a 2024 segundo as informações do Tribunal Superior Eleitoral, observando o percentual de mulheres brancas, pardas e pretas, e o cruzamento desses dados com os de grau de instrução e ocupação, assim, foi composto um perfil sociográfico dessas mulheres que possibilita observar possíveis mudanças no decorrer dos anos estudados.

Qualitativo, no levantamento bibliográfico das obras relacionadas a análises da situação de mulheres na política no país e no nordeste para compreender o contexto que se localizam as mulheres neste cenário e trabalhos referentes ao sistema político sergipano no que tange às dinâmicas de alianças de grupos e agrupamentos e redes de parentela.

O texto foi dividido em três capítulos. No primeiro, será apresentado uma contextualização acerca do estado da arte dos estudos de mulheres entre grupos e agrupamentos políticos de base familiar e como isso se relaciona com fatores regionais, sócio culturais e sócio políticos que segmentam a entrada de mulheres na política observando como isso se relaciona com outros padrões de inserção na arena política nas candidaturas femininas. Trata-se também de refletir a política como um espaço impositivamente patriarcal onde os homens estão majoritariamente presentes e lideram os grupos e agrupamentos dominantes, portanto, deve-se observar como as mulheres estão situadas nessas relações e se estabelecem politicamente.

No segundo, será discutido as questões em torno do funcionamento do sistema de grupos e agrupamentos através da política de base familiar, visualizando o que são esses grupos e como eles se configuram atualmente no estado, sendo assim, compreendendo como

que os grupos e agrupamentos podem ser um recurso importante para a entrada de mulheres na política tendo em vista as relações de alianças entre eles como importante para a manutenção do poder.

No capítulo seguinte, será exposto o resultado do levantamento dos dados que configuram o perfil social das candidatas às prefeituras de 2008 a 2024, fazendo o debate desses resultados com bibliografias referente aos tocantes de gênero, raça e grau de instrução.

CAPÍTULO I: MULHERES NA POLÍTICA: entre as bases familiares e os agrupamentos políticos

Entre as bases familiares e os agrupamentos políticos, diz respeito aos entraves e encaminhamentos que as mulheres podem encontrar ao buscar se inserir na vida política a depender da sua origem social. Posto isso, esse capítulo busca compreender como a política de base familiar calcada no sistema de parentelas referente ao poder político concentrado em grandes famílias, se articula nos agrupamentos políticos de forma que o capital familiar pode ser um condicionante social importante para a entrada e manutenção na política, bem como, as candidaturas e atuações de mulheres herdeiras do capital político familiar se relaciona no período eleitoral com as de mulheres que possuem outro padrão de entrada na política, como no caso das carreiras sedimentadas no ativismo e movimentos sociais.

Com isso, essa etapa do texto divide-se em dois subtópicos; o primeiro, que conta com um estado da arte sobre mulheres na política no contexto de grupos políticos de base familiar e agrupamentos políticos, possibilita visualizar como as ciências sociais analisa a situação de mulheres nesse cenário em estados brasileiros o que permite concluir que esse traço característico na política não se restringe somente ao estado de Sergipe. Ademais, é possível identificar tais dinâmicas como um fator que é sócio histórico na política brasileira e impacta a participação de mulheres, trazendo um enfoque para a relação da política com os contornos culturais e históricos do “fazer política” no Brasil.

O segundo subtópico, complementa a análise no sentido que explicita a política como um sistema patriarcal, onde a concepção do mundo pela visão masculina é imposta ao ponto que torna-se habitual o exercício da política ser relacionado com figuras masculinas enquanto que as mulheres são impostas na seara dos cuidados. Esse “maternar”, vinculado ao feminino, se faz presente também quando mulheres atingem a política, nisso, as virtudes atribuídas a elas estão no âmbito do zelo tal qual se estabelece na vida privada. No contexto dos grupos e agrupamentos políticos em Sergipe, os homens lideram os grupos e agrupamentos nos quais são articulados as alianças, não obstante, o processo histórico de formação da sociedade brasileira se dá pela relação de grandes famílias que se aliavam por meio do matrimônio e se estende pelo compadrio ou apadrinhamento nos quais se agregam ao “capital simbólico masculino” (Bourdieu,2012).

1.1 Estado da arte: Mulheres na política no contexto de grupos políticos de base familiar e agrupamentos

Para compreender os grupos e agrupamentos políticos de base familiar e a relação das mulheres nesse cenário, é importante retomar os estudos da formação da sociedade brasileira bastante fundamentado na obra de Freyre (2003) no que se refere a formação de elites estruturadas nas alianças entre famílias por meio do matrimônio e relações afins. Posteriormente, com o conceito de “parentela” Queiroz (1997) demonstra como as relações de parentela podem se constituir como ferramentas para manutenção de uma elite política. Nesse contexto, o que importa investigar neste tópico é como as mulheres se localizam nessa dinâmica a partir de obras que analisam a carreira política de mulheres entre as bases familiares na política.

Uma breve retomada a constituição da sociedade brasileira entre as consequências do período colonial é importante para localizar a posição das mulheres nas relações entre as famílias oligárquicas no país e como isso se relaciona na teoria de alianças e manutenção do poder local. Na obra de Freyre (2003), é possível observar a mobilização em torno das relações matrimoniais nas quais as mulheres tinham as suas vontades subjugadas ao desígnios de suas famílias que arquitetavam os casamentos arranjados, nessa dinâmica estava em jogo as vantagens e acordos entre os homens. Desta feita, a mulher como símbolo da troca possibilita as negociações entre as famílias e a angariação do “capital simbólico masculino” (Bourdieu, 2012). No entanto, muitos desses matrimônios eram realizados entre parentes consanguíneos com o intuito de concentrar os bens de determinada família.

Casamentos cujo fim era evidentemente impedir a dispersão dos bens e conservar a limpeza do sangue de origem nobre ou ilustre. Tudo indica ter sido este o intuito de Jerônimo de Albuquerque, o patriarca da família pernambucana, ao casar seus dois primeiros filhos varões, havidos de Da. Maria do Espírito Santo Arcoverde - a princesinha índia - com duas irmãs de sua mulher legítima, Da. Filipa de Melo, filha de D. Cristóvão de Melo. A mulher que lhe recomendara para esposa a rainha Da. Catarina, horrorizada com a vida muçulmana de polígamo do cunhado de Duarte Coelho. Não foram uniões consanguíneas: mas de indivíduos que, casando-se, apertavam os laços de solidariedade de família em torno do patriarca. Era esse o fim dos casamentos de tios com sobrinhas. Maria Graham ficou encantada com certos aspectos da vida de família no Brasil: um apego, uma intimidade, uma solidariedade entre as pessoas do mesmo sangue que lhe recordaram o espírito de clã dos escoceses. Mas notou esta inconveniência: dos casamentos só se realizarem entre parentes. Principalmente tios com sobrinhas. Casamentos, escreve ela, que em vez de alargarem as relações da família e de difundirem a propriedade, concentravam-nas, estreitando-as e limitando-as. Além de "prejudicarem a saúde". (Freyre, 2003, p.220)

Segundo Queiroz (1997), a estrutura econômica e política na passagem do império para a república conserva a figura dos coronéis. Essa figura representativa de poder e mando local atrelado à posse de terras, integra o cenário político brasileiro em torno das dinâmicas entre famílias em relação à formação e manutenção de um sistema dominante, é nesse contexto que as famílias passam a se estender através do matrimônio, das relações afins, de apadrinhamento e compadrio. Neste aspecto, se remonta a formação dos agrupamentos políticos de base familiar em Sergipe com base no sistema de parentelas.

Tal fenômeno ocorreu devido ao caráter fragmentário da terra, caracterizado pela pequena propriedade, ocasionado, muitas vezes, pela extensão das famílias nas quais em geral, tinham mais de cinco filhos. Além disso, como a lógica da parentela não segue a lógica da unidade e do domínio familiar, em muitas situações, as famílias compunham agrupamentos rivais, o que eleva o grau de fragmentação. Essa é a base sócio-histórica a partir da qual se ergue um modelo de controle político que conduziu à mobilização de recursos cada vez mais amplos para manter e conservar o poder dos agrupamentos políticos. A característica principal dos agrupamentos políticos de Sergipe consistiu no processo de recrutamento diversificado, que não se baseava exclusivamente no parentesco e na família nuclear, mas num sistema que incluía um rede ampla e extensa de parentes (colaterais, por afinidade e descendentes) e amigos (colegas de profissão, afinidade). Esses agrupamentos políticos derivam da união entre parentelas e se constituíram como mecanismo central de dominação e princípio de estratificação social que determinavam o sistema de distribuição de cargos. (Oliveira, Petrarca, 2024, p.12)

Blay (2015), analisa a mulher no espaço político brasileiro na década de 70 com a identificação das eleições de prefeitas no país, na qual 60 mulheres tornaram-se prefeitas, a maioria delas principalmente em estados do nordeste, demarcando relações de manutenção do poder familiar local nessas regiões que a autora categorizou a entrada de mulheres na política. Com isso, são elencadas três categorias de prefeitas no Brasil: prefeita coronel; refere-se a uma mulher que é delegada pela família politicamente poderosa a assumir o cargo para a manutenção do clã, prefeita esposa; mulher que concorre ao pleito por conta da impossibilidade da candidatura do marido, assim herdando o capital eleitoral do esposo, e prefeita por iniciativa própria; diz respeito a mulher que conseguiu em sua trajetória angariar capital político suficiente para se eleger através das suas atividades no meio social.

O que também se observa é que as poucas mulheres que chegam a assumir cargos no poder executivo ou legislativo, em sua quase totalidade, acabam sendo eleitas, comumente, graças ao capital político e simbólico (BOURDIEU, 2007) de suas famílias, cujos nomes são tradicionalmente conhecidos e reconhecidos seja no Município, no Estado ou no Brasil. São as chamadas filhas das oligarquias (Lima, 2017 *apud* Bourdieu, 2007, p.2). Portanto, a inserção das mulheres na vida pública através da política de base familiar deve significar a

perpetuação do grupo político e dos agrupamentos na medida em que alianças são articuladas a fim de que as mulheres consigam alcançar um êxito político, pois, este sucesso reside também nesta capacidade.

Ademais, diversos recursos são acionados nas candidaturas; profissionais, associativistas, religiosos, de parentelas, etc., essa estratégia não é exclusiva da participação das mulheres na política, porém, quando se trata de candidaturas femininas são incrementados na propagação desses recursos valores atribuídos como tipicamente femininos como ferramentas inovadoras para o bom sucesso da gestão e do grupo com a participação da mulher.

Por diversos motivos, o poder local tem sido pensado como um espaço privilegiado da participação feminina no campo político. A proximidade do lócus de atuação política (a prefeitura) do lar, permitindo a conciliação entre as obrigações políticas e as obrigações familiares, a percepção de que a edibilidade demanda ações próximas às necessidades reprodutivas relacionadas à saúde, educação, limpeza urbana, e o questionamento corrente a respeito de uma dependência feminina em relação à família e aos esquemas político-familiares, são elementos que podem contribuir para uma percepção sobre a cidade como um espaço que demanda cuidados femininos, especialmente quando se trata das pequenas cidades do interior. (Rabay, Carvalho, Silva. 2013, p.2)

Barreira (1998) observa os diferentes perfis de candidatas em disputa as prefeituras de Natal, Fortaleza e Maceió durante as eleições de 1996, consiste em padrões que marcam a entrada de mulheres na política no contexto da herança de base familiar ou dos recursos próprios, este último concerne à categoria de “prefeita por iniciativa própria” (Blay, 2015). Trata-se, no entanto, da constituição de perfis que se sustentam na experiência concreta das candidatas. “Mulheres de luta”, “mulheres experientes” e “mulheres virtuosas” são adjetivações que encontram maior ou menor ressonância na trajetória de candidatas provenientes de diversos contextos sociais (Barreira, 1998).

Em Fortaleza, Maria do Perpétuo Socorro França, formada em economia e direito, foi promotora pública e procuradora geral da Justiça, candidata pelo PSDB através da coligação PSDB, PPS, PSD e PTB, Maria reuniu uma associação entre os valores morais e políticos mobilizados pelas virtudes apresentadas como pertinentes a personalidade da candidata; moralidade, justiça e direito, como consequência de uma luta política contra a corrupção que fez com que ela surpreendesse frente a especulações de prováveis nomes consolidados na política da cidade, como: Ciro Gomes, Moroni Torgan e Patrícia Gomes.

A carreira de Socorro França se insere na categoria de prefeita por iniciativa própria de Blay (2015), a partir da análise de Barreiras (1998) é possível identificar os recursos

profissionais acionados a partir do engajamento na defesa das instituições jurídicas, além do combate a corrupção como um fator que credibiliza a candidatura de Socorro, propagada como o novo na política de Fortaleza. Já em Natal, a presença de Vilma Maia nas eleições representa as famílias tradicionais, mas também, o declínio desses grupos familiares no poder local caracterizados pelas disputas entre as famílias Alves e Maia.

Pois, apesar de uma carreira consolidada, nas eleições de 1996, Vilma Maia ficou atrás de duas candidatas que representavam partidos políticos que eram identificados como possibilidades de renovação. Vilma é inserida no grupo Maia através do casamento com Lavoisier Maia, ex - governador do Rio Grande do Norte, sua carreira política é iniciada ao assumir a Secretaria Estadual do Trabalho e do Bem-Estar Social no governo de José Agripino Maia. Em 1985, Vilma se candidatou para prefeitura de Natal, perdendo as eleições para Garibaldi Alves Filho, já em 1986 se elegeu a primeira deputada federal no Estado, em 1988 elegeu-se prefeita pelo PDT, ganhando de Henrique Alves (PMDB). Em 1992, separada do seu marido, entra no PSB. Vilma dá continuidade a uma carreira política sedimentada através do dualismo entre as famílias, portanto, com uma bagagem política construída ela angaria novas possibilidades de adesão.

Nesse contexto, Fátima Bezerra (PT) se estabelece como adversária de Vilma Maia. Através da pesquisa de Barreira (1998), percebe-se que Fátima é originária de uma família simples de Nova Palmeira, no Seridó Paraibano, sua vida política se inicia no movimento estudantil e na participação e posterior presidência da Associação de Orientadores Educacionais do Estado do Rio Grande do Norte, tornou-se deputada estadual em 1994, quando inicia no PT. Fátima se apresentou nas eleições de 1996 para a prefeitura de Natal como uma candidata que iria combater as oligarquias com a filiação PT, PPS, PC do B, apesar de receber 29,1% dos votos, seis pontos a mais que sua adversária no primeiro turno, Vilma Maia venceu as eleições no segundo turno. Essa foi uma eleição que demonstra duas mulheres com perfis diferentes de inserção e atuação na política com a mobilização de recursos diversificados, de um lado Vilma com capital político que foi construído desde a sua inserção entre os Maias e Fátima com uma candidatura solidificada em seu ativismo nos movimentos sociais e associações durante a sua trajetória.

Já em Maceió, as candidaturas de Kátia Born (PSB) e Heloísa Helena (PT) mostraram uma nova configuração na política da capital, com duas candidatas com carreiras políticas semelhantes sinônimos de renovação política frente aos sobrenomes tradicionais da política de Maceió; Bulhões, Malta, Mello ou Lyra. Segundo Barreiras (1998), a oposição em Maceió

representava uma alternativa ao poder dos usineiros e facções do poder tradicional. No entanto, isso não impediu o apoio dos partidos tradicionais da política local às candidatas concorrentes, haja vista o apoio de Denilma Bulhões candidata pelo PFL no primeiro turno à candidatura de Heloísa Helena no segundo turno. Entretanto, Kátia Born (PSB) venceu as eleições deste ano de 1996.

A partir desta obra, é possível analisar como diversos perfis de candidaturas femininas se relacionam e como os resultados eleitorais variam de acordo com o contexto político vigente em que ocorre as eleições, nesse sentido, os recursos relacionados a trajetória militante engajada em movimentos sociais são acionados com o intuito de romper com as estruturas dominantes quando se concorre com representantes da política de base familiar, bem como a herança familiar entre os grupos consegue fazer com que sejam capitalizados recursos que possibilitem o apoio e alianças para o êxito político como no caso de Vilma Maia em Natal ou a aliança entre Denilma Bulhões e Heloísa Helena em Maceió.

Ademais, algumas simbologias típicas de campanhas para candidaturas femininas são observadas pela autora, além dos adjetivos atribuídos para caracterizar as mulheres como “de luta”, “experiente”, “virtuosa” e outros atributos atrelados ao universo feminino, Barreiras percebeu que as candidatas entre os eleitores e adversários são atreladas diretamente a figuras masculinas, nomeadas como “fantoques de políticos consagrados” Barreiras (1998), “a candidata dos Maia” era como Vilma Maia em Natal era mencionada pelos seus adversários, Kátia Born em Maceió era também desclassificada pelos seus antagonistas como “candidata de Ronaldo Lessa” e acusada de não ter voz própria e viver a sombra de um padrinho pela sua adversária Heloísa Helena. Em Fortaleza, Socorro França também era nomeada como “candidata de Tasso Jereissati”, acusada também de ser destituída de autonomia política.

A experiência, e o tino administrativo, por outro lado, remetem tanto a valores significativos do mundo masculino como à capacidade efetiva de gerenciamento doméstico, extensível à cidade. Também, valores referentes à sensibilidade ou à maternidade são constantemente evocados, na tentativa de se transferir capital simbólico construído no âmbito doméstico para o espaço da política. A imagem da candidata militante termina constituindo a evidência de valores libertários típicos da mulher moderna, que é capaz de, sozinha, “fazer a sua carreira política.” (Barreiras, 1998, p.149)

Portanto, é importante ressaltar que as candidaturas femininas não são homogêneas, apesar de algumas carreiras apresentarem padrões similares, as candidaturas podem apresentar diversas singularidades de acordo com as formas em que os recursos, as simbologias e os discursos são mobilizados. Isso se exemplifica na interação das candidaturas

entre mulheres pertencentes a grupos políticos de base familiar e mulheres que entram na política sem esse vínculo, estas últimas costumam apresentar-se como uma ruptura de um sistema tradicional do exercício do poder político.

Por outro lado, as mulheres oriundas de grupos familiares na política experienciam a socialização na política institucional de maneira cotidiana por observar as atividades dos seus parentes, é o que pode ser observado nos estudos de Lima (2017) quando a autora analisa a trajetória das deputadas do estado da Paraíba, Camila Araújo Toscano (PSDB) e Daniela Ribeiro, mulheres que a autora nomeia de “filhas das oligarquias”. Algumas variáveis em comum surgem nestes perfis, as duas deputadas possuem ensino superior sendo Camila Toscano advogada e Daniela Ribeiro pedagoga, ambas contam sobre a sua experiência profissional antes da política, porém, ressaltam a importância de estarem presentes nos ambientes políticos em todas as etapas de suas vidas acompanhando seus pais em inaugurações, visitas em obras públicas, e demais atividades. Segundo os relatos de entrevistas de Lima (2017), Camila Toscano afirma: “Desde os meus dezesseis anos, quando passei a votar, sempre tive ou meu pai ou a minha mãe candidatos a algum mandato eleitoral”. Nesses casos, as deputadas reconhecem a preponderância do meio em que viveram e do peso dos sobrenomes que carregam para a entrada na política, mas, advertem que se mantiveram pelo trabalho e serviços prestados.

Rabay *et.al* (2013), ao estudar as mulheres prefeitas paraibanas de 2013 a 2016 observa os padrões de inserção a partir das categorias que elabora Blay (2015), mais notadamente nos casos das “prefeitas esposas”, as autoras notam o destaque do nordeste em relação às eleições de mulheres no cargo executivo no período de 1993 a 2016, essa expressividade característica também observada por Blay (2015) na década de 70, Costa (1998) atribui a “sobrevivência das relações de poder baseadas nas oligarquias familiares que caracterizam as elites políticas brasileiras, especialmente no Nordeste”.

Entretanto, retomando à questão anteriormente apontada por Blay a respeito de ser no Nordeste onde historicamente mais mulheres foram eleitas e que isso poderia significar uma contradição com a condição de atraso sócio-econômico, assim como uma predominância de estruturas patriarcais de poder que caracterizam a região, consideramos que essa contradição é somente aparente, já que acredito que esses dados refletem exatamente a força da estrutura de dominação patriarcal existente ainda no Nordeste brasileiro. Isso quer dizer que as mulheres, nessa região, formam parte da estratégia de conservação e manutenção desse poder patriarcal e oligárquico. Elas são chamadas a participar na estrutura do poder local (tanto no âmbito federal como estadual), para garantir a continuidade de controle do poder. São chamadas sempre que os interesses do grupo familiar ao qual pertencem estão em risco. (Costa, 1998, p.140)

Porém, Rabay *et.al* (2013), resiste em categorizar as prefeitas paraibanas nas categorias propostas por Blay (2015), apesar de considerar a inserção de mulheres na política pelas vias familiares as autoras consideram que após ingressar na arena política as mulheres podem desenvolver seu próprio capital político através das suas atuações neste meio.

As análises aqui apresentadas de mulheres no contexto de grupos políticos de base familiar, não dão conta, neste momento, de analisar a situação das alianças entre os grupos políticos para a eleição de mulheres, apenas tangencia esse aspecto na descrição do movimento de apoio no caso de Maceió no que tange a relação de Denilma Bulhões a Heloísa Helena no segundo turno de acordo com a obra de Barreiras (1998). Porém, é consistente na medida em que possibilita identificar como as mulheres se localizam dentro desses grupos, os dilemas que estão em torno das candidaturas femininas nesse contexto e como se dá a inserção de mulheres na arena política nesse cenário.

Em Sergipe, território demarcado pelas relações de alianças entre grupos políticos e formação de agrupamentos, algumas carreiras femininas se destacam notadamente nesta seara do pertencimento a um grupo político de base familiar, como as de; Maria do Carmo Alves (primeira senadora eleita pelo estado), Lara Moura (3 vezes eleita prefeita de Japarutuba - SE no período de 2008 a 2024), Iandra Moura (primeira mulher eleita deputada federal no estado), Maísa Mitidieri (deputada estadual eleita em 2018), Goretti Reis (4 vezes deputada estadual), Hilda Ribeiro (eleita prefeita de Lagarto em 2024), Áurea Ribeiro (deputada estadual eleita em 2022), Maria Mendonça (6 vezes deputada estadual e uma vez prefeita de Itabaiana), Lila Moura (deputada estadual de apenas um mandato).

1.2 Política, uma esfera impositivamente patriarcal

Não é possível falar de mulher na política ignorando o contexto *androcêntrico* (Bourdieu,2012) que se configura a sociedade patriarcal e a política institucional, apesar de diversos condicionantes e recursos que as mulheres podem utilizar para obter êxito político elas não deixam de estar imersas em um sistema de classificação social que segmenta papéis sociais destinados a homens e mulheres. A identidade social da mulher, assim como a do homem é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem (Safiotti, 1987).

Destarte, através desse processo de construção social baseado na divisão sexual do trabalho é que a política é imposta como um exercício masculino, cabe, então, explicitar o sistema de naturalização dessas construções de papéis sociais atribuídos ao universo feminino e masculino. Desde a primeira infância, as crianças são socializadas entre classificações do que pertence a ambos os sexos, os meninos são atribuídos a exercícios de liderança e independência, as meninas o cuidado com a casa e com os filhos, identificado por meio dos “brinquedos de meninas e de meninos”.

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos. (Bourdieu, 2012, p.18)

A inserção das mulheres na política institucional é demarcada historicamente por embates para subverter a lógica patriarcal que restringe a presença das mulheres nos ambientes de decisão política, isso foi visto, como aqui já demonstrado, no processo de instauração das cotas para eleições proporcionais e na garantia do direito ao voto feminino. E, mesmo após essas conquistas, a entrada de mulheres na política é caracterizada socialmente por diversos estigmas que atribuem a atuação feminina como coadjuvante a uma figura masculina que se estabelece como liderança. Não obstante, da configuração colonialista de família centralizada em um patriarca que delibera sobre até onde e como a mulher pode atuar, a presença majoritária de homens no espaço de decisão reverbera nas deliberações sobre políticas públicas para a população feminina e decorre de “violências simbólicas” (Bourdieu,2012).

Ao tomar "simbólico" em um de seus sentidos mais correntes, supõe-se, por vezes, que enfatizar a violência simbólica é minimizar o papel da violência física e (fazer) esquecer que há mulheres espancadas, violentadas, exploradas, ou, o que é ainda pior, tentar desculpar os homens por essa forma de violência. O que não é, obviamente, o caso. Ao se entender "simbólico" como o oposto de real, de efetivo, a suposição é de que a violência simbólica seria uma violência meramente "espiritual" e, indiscutivelmente, sem efeitos reais. É esta distinção simplista, característica de um materialismo primário, que a teoria materialista da economia de bens simbólicos, em cuja elaboração eu venho há muitos anos trabalhando, visa a destruir, fazendo ver, na teoria, a objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação. (Bourdieu, 2012, p. 46)

Além desse contexto de subjetividade das relações de dominação, onde as mulheres sofrem violência na esfera simbólica permeada no *habitus* e divisões sexuais que foram

naturalizadas, a violência de gênero se escancara nesse contexto político majoritariamente masculino, em relação a assédio verbal, moral ou até físico como no caso da acusação ao deputado Fernando Cury do Cidadania, acusado de¹ assediar a deputada Isa Penna (PSOL) na ALESP em 2020, o que foi comprovado pelas imagens das câmeras. E estende também no caso das deliberações em torno das políticas públicas, por exemplo, no ²veto dos deputados federais ao PL 59/2023 da deputada Renata Abreu (PODE-SP) que previa a distribuição de itens de higiene em presídios femininos.

A predominância dos homens nesse âmbito instituído como masculino é representado também na construção dos espaços. No documentário, ³“Lobby do batom” Benedita da Silva relata que não havia banheiro feminino para mulheres no plenário da Câmara quando ela assume o cargo de deputada federal em 1987, Benedita da Silva é a primeira mulher negra eleita como deputada federal e a primeira mulher a presidir uma constituinte, com uma vasta carreira na política, quatro mandatos de deputada federal o último vigente das eleições de 2022, também já foi governadora (2002-2003) e vice governadora (1999-2002) do Rio de Janeiro, senadora da República (1995-1999) e ministra da assistência e promoção social (2003-2004). ⁴O plenário do Senado também só passou a ter um banheiro para as mulheres em 2016, depois de 55 anos da inauguração do prédio do Congresso Nacional. A ausência dessas dependências nesses espaços mostra como as relações de poder atravessam estes lugares que foram destinados aos homens.

Entretanto, existem diversos perfis de atuação feminina na política, algumas mulheres nesses espaços também podem colaborar com a dominação masculina em decorrência de uma

¹ Deputada do PSOL assediada em sessão da ALESP diz que colega estava alcoolizado, 2020.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/12/20/deputada-do-psol-assediada-em-sessao-da-alesp-diz-que-colega-estava-alcoolizado.ghtml>

² Barbosa, Alice. Deputados federais, em maioria homens, votam contra distribuição ter absorventes em presídios femininos, 2024. Disponível em:

<https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2024/12/09/deputados-a-maioria-homens-votam-contrater-absorventes-nos-presidios-femininos.html>

³ “Lobby do batom” foi um movimento em prol da ampliação dos direitos das mulheres na constituinte de 1977/88, o documentário conta com os depoimentos das deputadas que compuseram a constituinte. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10416550/>

⁴ Alegretti, Laís. Plenário do Senado terá banheiro feminino 55 anos após inauguração, 2016.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/01/plenario-do-senado-tera-banheiro-feminino-55-anos-apos-inauguracao.html>

imperatividade de uma cosmovisão patriarcal mobilizada pelo viés simbólico da dominação que se reverbera no exercício feminino do poder numa espécie de conservadorismo moral, político e religioso.

Costa (1998), por sua vez, assevera que as mulheres são acionadas a participarem da vida política na ausência ou por impedimento de um homem, com mais prestígio ou já inserido à vida pública. Logo, a sua inclusão pela via familiar seria um reflexo da influência e predominância do poder patriarcal. Ademais, parece-nos que as mulheres ao serem inseridas pela via familiar, apresentam-se como uma estratégia dos grandes partidos conservadores do que propriamente para exercer um papel diferenciado no cenário político. Em suas atuações é possível observar, comumente, a reprodução do discurso e da prática políticas consoantes ao seu grupo familiar e de apoio político, sem grandes diferenças em suas atuações. (Lima, 2017, p.3 *apud* Costa, 1998)

No entanto, a política é um espaço que expressa também a representação de grupos, coletivos, movimentos e causas sociais, e nesse tocante as mulheres ainda enfrentam a sub-representação. Para as prefeituras de Sergipe, estado que possui 75 municípios, de 2008 a 2024, nos cinco pleitos que ocorreram nesse período, o número de mulheres eleitas a cada eleição foi demasiadamente menor que a metade do número de homens eleitos e apresentam variações mínimas entre os anos.

Tabela 1: Número de mulheres eleitas em Sergipe de 2008 a 2024

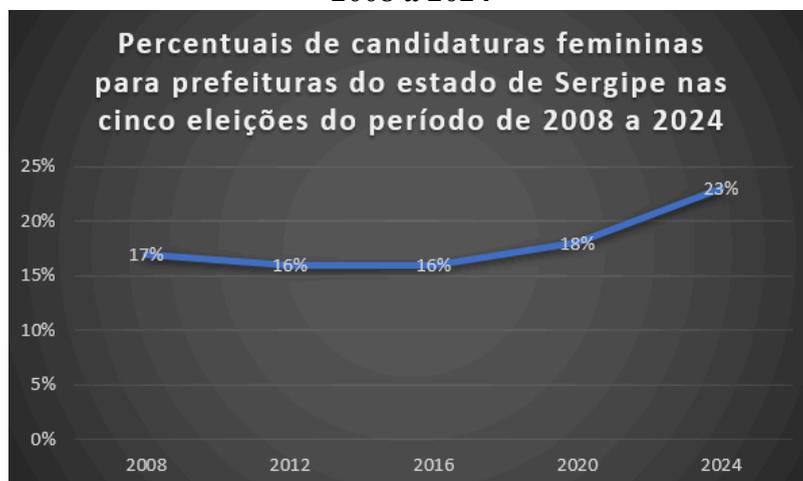
ANO	Nº DE MULHERES ELEITAS EM SE - BR
2008	13
2012	10
2016	11
2020	13
2024	13

Fonte: TSE

Elaboração Própria (2025)

No que tange a participação nas candidaturas nesses pleitos, o percentual de mulheres também não obtém expressividade dentro do período observado, estagnado nos anos de 2012 e 2016 e expondo um leve crescimento em 2020 e 2024, como demonstra o gráfico abaixo. Curiosamente, o percentual de candidaturas de mulheres em âmbito nacional se mantém em 2012, 2016, 2020 em 13% segundo os dados do TSE. No entanto, é importante notar em relação com a tabela 1, que em Sergipe o percentual de candidaturas cresce em 2020-2024 (figura 1), porém, isso não representa um crescimento significativo no número de eleitas que se mantém o mesmo de 2008, ano em que o percentual de candidaturas foi um dos menores nesse período.

Figura 1: Percentual de candidaturas femininas para prefeituras do estado de SE de 2008 a 2024



Fonte: TSE.

Elaboração Própria (2025)

É interessante observar que, em 2016 o Brasil presenciou o impeachment da presidenta Dilma (primeira mulher presidenta no país), decorrente de uma crise política nesse período, Dilma teve o seu mandato cassado em agosto de 2016 com 61 votos favoráveis e 20 contrários, o Congresso Nacional votou pela cassação do mandato da presidenta acusada de cometer pedalada fiscal e edição de decretos de abertura de crédito sem aprovação do Congresso. No entanto, a presidenta sofreu vários ataques misóginos durante o seu mandato que questionavam a sua aparência, a sua inteligência, sanidade mental e a capacidade de exercer o mandato. Em algumas das suas várias falas em respostas na sessão de julgamento em 2016, Dilma verbaliza o machismo que a atacou durante seu governo,⁵ Cavicchioli (2021) transcreve essas falas em matéria ao Brasil de Fato:

“Tem sempre um componente de misoginia e de preconceito contra as mulheres nas ações que ocorreram contra mim. Fui descrita como uma mulher dura, e sempre disse que era uma mulher dura no meio de homens meiguíssimos. Eu nunca vi ninguém acusar um homem de ser duro, e a gente sabe que eles são. Muitas vezes disseram para mim: mas você é sensível. Esta afirmação é estupefacente, porque significa que conseguiram construir em torno de mim um nível de desumanização muito alto. Dizem, em alguns momentos, que eu estaria tão traumatizada com esse processo, que tomava remédios. Eu não tomo remédios, eu não estou traumatizada com esse processo” (Dilma Rousseff, 2016)

⁵ Cavicchioli, Giorgia. Entenda o papel do machismo no impeachment contra Dilma Rousseff, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/17/5-anos-do-impeachment-entenda-o-papel-do-machismo-no-processo-contra-dilma-rousseff>

Dentre o contexto de instabilidade política que o país vivia, que assolava o governo vigente, a misoginia explícita nas redes circulava em torno da presidenta eleita. Neste mesmo ano, Sergipe não apresentou crescimento no percentual de candidatas, permanecendo em 16% tal qual 2012, já no país o percentual de eleitas decresceu,⁶ em 2012, o país somava 659 prefeitas eleitas (11,84%), em 2016 foi registrado 641 mulheres eleitas ao cargo (11,57%), ambos os anos foram contabilizados o mesmo percentual de candidaturas femininas ao executivo municipais no Brasil (13%). Não há dados e análises suficientes para afirmar que a queda no número de mulheres eleitas ou a estagnação no percentual de candidaturas tenha relação com o impeachment da presidenta, porém, é importante observar que o período de 2013 a 2016, marcado por ondas de protestos no país refletiu também em ataques diretos à presidenta atravessados por estigmas de gênero que descredibilizavam a capacidade de administração da mulher na política.

No pós impeachment, quando Michel Temer assume o poder, chama a atenção a primeira-dama, que portava características femininas concebidas como adequadas pela sociedade. Esse fato, se exemplifica pelo slogan: “bela, recatada e do lar” que viralizou por ser tema de uma ⁷matéria da Veja que enaltecia as características da futura primeira-dama Marcela Temer. Esse arranjo de adjetivos “bela, recatada e do lar”, configura os estereótipos de atuação feminina nos eixos privados da sociedade no que se refere aos cuidados domésticos, e características que reforçam a “feminilidade” e comportam um perfil ideal que se impõe às mulheres para estarem adequadas aos padrões sociais.

A divisão entre os sexos parece estar "na ordem das coisas", como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (Bourdieu, 2012, p. 17)

Portanto, essas segmentações refletem no âmbito político que é perpassado pelos efeitos coloniais e patriarcais de formação sócio histórica e sociopolítica do território, onde a figura masculina é vista como possuidora dos “tinos administrativos” (Barreiras, 1998), portanto, a dominação simbólica, segregação de papéis sociais e estereótipos criados em torno das mulheres reforçam as distinções que historicamente as designam ao âmbito doméstico.

⁶ Eleições 2016: número de prefeitas eleitas em 2016 é menor que em 2012, 2016. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2016/Novembro/eleicoes-2016-numero-de-prefeitas-eleitas-em-2016-e-menor-que-2012>

⁷ Linhares, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”, 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar>

CAPÍTULO II: GRUPOS E AGRUPAMENTOS POLÍTICOS EM SERGIPE DE 2007 A 2023

Este capítulo, abordará a articulação dos grupos e agrupamentos políticos e a sua estrutura de funcionamento na política institucional em Sergipe de 2007 a 2023 para analisar a dinâmica das alianças eleitorais, compreendendo as relações de política de base familiar característica do estado como um modo de fazer política analisado pela sociologia política no Brasil tendo em vista o atravessamento dos aspectos coloniais e patriarcais da formação da sociedade brasileira, assim lançando o olhar para o caráter sócio histórico da política brasileira e sergipana que compreende as relações sociais, culturais e familiares na política.

Desta feita, parte da observação das relações de parentela na constituição das famílias oligárquicas e dinâmicas de alianças entre grupos familiares que conjecturam a formação dos grupos e agrupamentos políticos. Nas economias regionais menos ricas e nos estados politicamente dependentes de outras regiões, como é o caso de Sergipe, o controle destas famílias por meio das alianças era quase absoluto. Por ser considerado um “estado satélite”, Sergipe nos fornece o modelo deste sistema, fundado na força das parentelas para o controle da política (Petrarca, Oliveira, 2017, p.16).

Assim, o conceito de parentela proporciona compreender que na formação da política brasileira existem ligações entre as instituições formais, tais como, cargos políticos, eleições, polícia, normas e sanções legais vitais para a autoridade do Estado, somadas às estruturas informais mantidas pelos laços de parentesco, amizades políticas e associações pessoais. Sendo que essas alianças de estruturação do sistema político brasileiro se configuram por meio de regras não escritas existentes no sistema de parentesco que ajudava, o grupo familiar a selecionar membros de maneira a adquirir ou manter o poder político. Regras essas que determinavam quem pertencia ao grupo familiar por nascimento e quem poderia ser recrutado através do casamento ou inclusão cerimonial (compadrio e compadresco). Já na política essas regras de alianças e estruturação se ampliam para além das relações familiares. (Bonfim, 2024, p.70)

Assim, será identificada a composição e recomposição dos grupos políticos de base familiar no estado, sob a ótica da tese de Bonfim (2024) que mapeia a formação dos grupos e agrupamentos políticos e lideranças desde a República Velha, no entanto, este texto se limitará a analisar o contexto dos grupos políticos nos marcos de 2007 a 2023 que sinaliza as reformulações dos grupo políticos de Déda e Belivaldo (ex-governador de Sergipe 2018-2022) a Mitidieri (atual governador, eleito em 2022). Neste período, é possível visualizar a diversificação dos grupos políticos, formação dos agrupamentos e as lideranças e atores presentes que compõem o cenário político sergipano nessa época, identificando principalmente as mulheres.

Nesse contexto, é importante demarcar a participação feminina na lógica dos grupos políticos de base familiar, esfera em que ocorre a socialização política e confluência de interesses entre os atores para ascender ou manter determinado membro em um cargo político relacionando partidos e famílias, é nessa lógica perpassada pela formatação histórica da política brasileira que se traduz a manutenção das elites políticas. Portanto, compreendendo a importância da observação desse aspecto de condicionamento à entrada na política, faz-se necessário delineá-lo para analisar a presença feminina neste cenário.

2.1 Grupos políticos de base familiar e formação de agrupamentos

É importante ressaltar que, os estudos que analisam esse contexto político brasileiro parte de um olhar decolonial para compreender essas relações fora do espectro universalista das teorias europeias sobre a política. Dessa forma, observando tais dinâmicas como perpassadas pelos aspectos históricos, sociais e culturais que atravessam a política no Brasil, portanto, a análise da formação de grupos e agrupamentos sob os estudos sobre as parentelas presente em Queiroz (1997) permite observar essas relações que perduram na sócio história brasileira.

Os grupos políticos de base familiar derivam da organização em torno das parentelas na política, este é um aspecto traçado na história brasileira haja vista o processo colonizador calcado na posse de terras entre grande famílias que compunham a elite oligárquica no país, essas famílias, segundo Queiroz (1997) eram chefiadas pelos coronéis que se constituíam como chefe de extensa parentela. Esta era formada por um grupo de indivíduos reunidos entre si por laços de parentesco carnal, espiritual (compadrio) ou de aliança (uniões matrimoniais) (Queiroz, 1997). Com a passagem do Império para a República, o poderio entre os coronéis se mantém e conseqüentemente se conserva a organização sócio política fomentada nas relações afins, de amizade e compadrio na política. As lideranças que constituíram o novo regime eram resultado do Império e mantiveram os arranjos políticos historicamente associados às estruturas baseadas nas alianças e resultantes dos laços de amizade política e de parentesco (Petrarca, Oliveira, 2017).

A parentela representava a unidade política menor deste sistema de alianças cobrindo a vida social dos municípios e estados. Dela derivaram os agrupamentos políticos e a oligarquia, sua expressão máxima. Sua emergência representa a expansão do Estado brasileiro tendo como núcleo o município, uma vez que as dificuldades enfrentadas por Portugal para dominar e povoar o país, devido à sua dimensão continental, conduziram ao incentivo do poder e autonomia dos senhores rurais, chefes das parentelas. (Petrarca, Oliveira, 2017, p.15)

Petrarca e Oliveira (2017), observam no estudo das parentelas em Sergipe, de 1860 até a proclamação em 1889, uma tendência de declínio e emergência de lideranças e chefes locais ocasionados por um revezamento entre partidos liberais e conservadores que funcionavam como sede das parentelas que sofreram divisões internas e foram afetados pelo aparecimento de facções que acabaram por fragmentar essas estruturas. Todavia, esse período sedimenta o crescimento de algumas parentelas sergipanas que tiveram impacto no Brasil República, como o caso dos Rollemberg que evidencia as relações de alianças por meio do matrimônio, exemplificando o processo já discutido neste trabalho no que se refere a presença das mulheres nas dinâmicas de alianças desse período por meio do casamento para a manutenção e extensão de uma elite familiar.

A família, que se aliou por matrimônio com outras, ao mesmo tempo em que ampliou sua base de alianças mantendo-se no controle da esfera política, enfraqueceu o grupo de origem. Mais do que o casamento interfamiliar, eles investiram no casamento extrafamiliar. Um marco importante na formação dos Rollemberg enquanto um grupo político foi o casamento entre José de Faro Rollemberg, filho do Barão de Japarutuba, e Amélia Dias Coelho, filha do Barão de Estância. Esse consórcio aliou os Dias Coelho que exerciam uma influência significativa no eixo Vaza-Barris, junto com os Boto, com os Rollemberg da região do Cotinguiba. Mas foi, principalmente, o casamento entre o médico Gonçalo de Faro Rollemberg (sobrinho de José de Faro e neto do Barão de Japarutuba) com Aurélia Dias Coelho, segunda filha do Barão de Estância, que consolidou os vínculos entre essas duas famílias. (Oliveira, Petrarca, 2017, p.21)

O caso dos Rollemberg é um exemplo entre demais citados por Oliveira e Petrarca (2017) e Bonfim (2024), para remeter ao processo de formação política do estado de Sergipe com base nas relações de alianças entre famílias, no que compreende a manutenção de uma elite dirigente na história sergipana. De acordo com Oliveira e Petrarca (2017), no período republicano quando os grupos passam a ter mais autonomia no recrutamento para postos políticos, se recompõem duas unidades oligárquicas fundamentais, os grupos políticos de base familiar que se fortaleceram originando-se no município e a ampliação das alianças dadas pelas conexões estabelecidas pelos bacharéis que iam estudar fora do município aracajuano e do estado, e, nessas oportunidades diversificaram as redes de conexões. Portanto, estabelecendo as ligações entre as redes individuais de âmbito estadual e federal, mantendo-se assim, os grupos políticos de base familiar como um importante capital político e social, estes grupos podem estar nas condições de aliados enquanto agrupamento mas também fragmentados em facções políticas.

Com a condição da existência das facções, podemos ampliar a nossa argumentação sobre a concepção dos grupos para a formação dos agrupamentos. Esses, os agrupamentos funcionam como uma espécie de sede de parentelas, que

reúnem um conjunto de grupos políticos, cada um representado por seus líderes políticos, os quais se somam para manter a condição de poder, a mitigação de ações externas a sua redes de relações de dominação e convivência entre os grupos políticos, mas que mesmo assim, mantém a concorrência em torno da liderança do agrupamento. (Bonfim, 2024, p.78)

Com base nesse contexto, e tendo em vista a manutenção dessas relações sociopolíticas até os dias atuais, é possível compreender a composição dos grupos e agrupamentos políticos do estado tendo como exemplo o período de 2007 a 2022. A história recente dos grupos e agrupamentos em Sergipe demonstra as composições e recomposições dos grupos políticos de base familiar. O período de 2007 a 2013 é palco da liderança de Marcelo Déda (PT), líder político que protagonizou o embate contra o grupo Alves liderado por João Alves, saindo vitorioso em 2006 para governador do estado tendo como vice Belivaldo Chagas (PSB), um dos principais nomes do grupo Valadares, com isso, o cenário político sergipano é reconfigurado culminando no agrupamento Déda.

Durante seu primeiro mandato, Marcelo Déda (PT) dedicou-se a transformar a condição política do estado, dedicando-se a construir novas alianças e penetrar no alto sertão e nas regiões onde não teve significativa porcentagem de votos (Bonfim,2024). Esse movimento visava desconstruir o poder de João Alves (DEM), que contava com a presença da senadora Maria do Carmo Alves (esposa de João Alves) na arena política marcando significativamente o poderio do grupo. No entanto, nas eleições para a prefeitura de Aracaju (2009) que as relações de alianças em torno da liderança de Marcelo Déda se acentuam, o grupo governista lançava para as eleições a candidatura de Edvaldo Nogueira (PcdoB) para prefeito e vice Sílvio Santos (PT).

Com a campanha de Aracaju, começamos a perceber algumas aproximações entre os grupos políticos em volta da liderança de Marcelo Déda, como por exemplo a aproximação do PSDB, partido conhecido como sede do Grupo Franco desde a governabilidade de Albano Franco; somando-se à vinda do PSC, partido que ficou reconhecido no estado como o Partido de André Moura; além do PDT que durante muito tempo militou candidatura junto ao grupo Alves e grupo Franco, mas que depois da eleição de 2007, fez-se presente no agrupamento Déda atrelando o partido à família Mitidieri, no ator político Fábio Mitidieri. Além de Ulices Andrade (PDT) que era fiel correligionário do Grupo Alves. (Bonfim, 2024, p.165)

Desta feita, o grupo governista alcançou a vitória com a eleição de Edvaldo Nogueira, Ao final do mandato Déda reconstruiu e fortaleceu o agrupamento no qual foram se aliando diversos atores políticos das bases familiares, como por exemplo os irmãos Amorim. Somava-se o apoio ao grupo governista o PTB, com Gilton Garcia, filho do ex-governador Luís Garcia (Bonfim, 2024 *apud* Dantas,2022). Mesmo com as críticas em torno das questões

ideológicas no que se refere às alianças, o agrupamento se fortaleceu e Marcelo Déda se lançou para reeleição. O agrupamento Déda era constituído por diversas lideranças políticas do estado articuladas em seus grupos políticos além do apoio do Governo Federal com o presidente Lula, o que fica evidente após a sua segunda vitória nas eleições para o governo de Sergipe. Como demonstra Bonfim (2024), em 2011, o agrupamento Déda era composto pelo grupo Déda, Valadares, grupo Jackson Barreto e grupo Amorim, os cargos variam entre deputados estaduais, federais e senadores (Bonfim, 2024, p.168).

Composto por 26 membros, apenas 5 eram mulheres; Conceição Vieira (PT), Ana Lúcia (PT), Susana Azevedo (PSC), Angélica Guimarães (PSC) e Maria Mendonça (PSB). Por outro lado, o grupo João Alves, enfraquecido em suas alianças, se constituía com 5 membros, entre eles, duas mulheres, a senadora Maria do Carmo Alves e a deputada estadual Goretti Reis (DEM). Um panorama que já demonstra a baixa presença feminina na composição dos grupos políticos desse período.

Marcado entre tensões dentro do agrupamento Déda em meio às articulações e definições dos Amorins, o grupo governista amargou também o encaminhamento para sua primeira derrota. A campanha eleitoral para prefeitura de Aracaju em 2012, marcada novamente com a disputa contra os Alves, Antônio Carlos Valadares Filho representou o grupo governista liderado por Marcelo Déda que foi derrotado pela insatisfação da população com a gestão de Edvaldo Nogueira (PcdoB), assim João Alves Filho assume a prefeitura de Aracaju (2013-2017) ao lado de José Machado (DEM). Além disso, o governador também enfrentava uma luta contra um câncer gastrointestinal, em 2013, ao se afastar do cargo para o tratamento, designou as funções ao vice-governador Jackson Barreto, que acabou por assumir o cargo de governador em consequência da morte de Marcelo Déda em dezembro de 2013.

Com a morte de Déda, o PT passa a enfrentar fragilidades e desafios, isso porque entre a população não havia o petismo e sim o “dedismo”, era o partido de Déda e de Lula, como cita os entrevistados em Bonfim (2024), as pessoas não votavam no PT, mas sim, em Déda. No entanto, Déda deixa a sua herança política que se representa na viúva do político e nos aliados, Eliane Aquino (PT) que exerceu a função de assessora especial do governo, “representava o elo de continuidade do dedismo na gestão Jackson Barreto” (Bonfim,2024). (Atualmente, Eliane Aquino exerce o cargo de Secretária Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil, no governo Lula). Na campanha política de 2014 e as recomposições dos grupos políticos

levaram para o dualismo entre o grupo Jackson e o grupo Amorim, o grupo governista venceu com a eleição de Jackson Barreto (PMDB) governador e vice Belivaldo Chagas (PSB).

Posto isso, o agrupamento Jackson Barreto em 2015 se compõe do grupo Jackson Barreto, os Valadares e o grupo dos herdeiros do grupo Déda, reunindo os deputados estaduais, federais e senadores (Bonfim, 2024, p.172). Nesse quadro de composições, é possível verificar desta vez, 19 membros, dentre eles, apenas duas mulheres, Sílvia Fontes (PDT) e Prof. Ana Lúcia (PT). O agrupamento Franco Alves, nesse momento constituía-se pelo grupo Amorim, grupo Franco e grupo Alves, dos 15 membros haviam três mulheres; Goretti Reis (DEM), Maria Mendonça (PP), e Maria do Carmo Alves (DEM) as mesmas que se mantiveram no mesmo agrupamento desde 2011.

Durante a gestão de Jackson Barreto, Eliane Aquino, vice de Marcelo Déda se tornou um dos principais nomes para disputar a prefeitura de Aracaju como vice-prefeita de Edvaldo Nogueira (PcdoB) na campanha eleitoral de 2016, esta que alcançaram a vitória. Na campanha para o governo do estado em 2018, Eliane Aquino também compôs uma chapa, agora vice-governadora de Belivaldo Chagas (PSD), aliando-se também à candidatura de Rogério Carvalho para senador, numa espécie de capitalização da herança de Marcelo Déda e “do seu poderio em articular alianças e redes na construção de um campo de dominação da política sergipana” (Bonfim,2024).

A vitória de Belivaldo Chagas consolida a influência de Jackson Barreto na articulação política no grupo, mas também a herança política advinda da liderança de Marcelo Déda que se converte em capital político familiar fomentando a carreira política da sua esposa e dos seus aliados. Desta feita, de acordo com as observações de Bonfim (2024), na reorganização dos grupos e agrupamentos políticos em Sergipe em 2019, o agrupamento Jackson Barreto incluiu o grupo Jackson Barreto, o grupo Belivaldo e os herdeiros do grupo Déda.

Portanto, os agrupamentos foram divididos em agrupamento Jackson Barreto, agrupamento Amorim Franco, o dos políticos independentes, grupo Valadares, e dos herdeiros do grupo João Alves composto apenas pela sua esposa, a senadora Maria do Carmo Alves (DEM). O agrupamento Jackson Barreto era formado por 14 políticos, dentre esses, três mulheres: Maísa Mitidieri (PSD), Goretti Reis (PSD), Diná Almeida (PODE). Os Amorim Franco era composto por 9 políticos, sem presença de mulheres. Haviam 5 independentes, duas mulheres presentes: Diná Almeida (PODE) e Kitty Lima (PODE). O

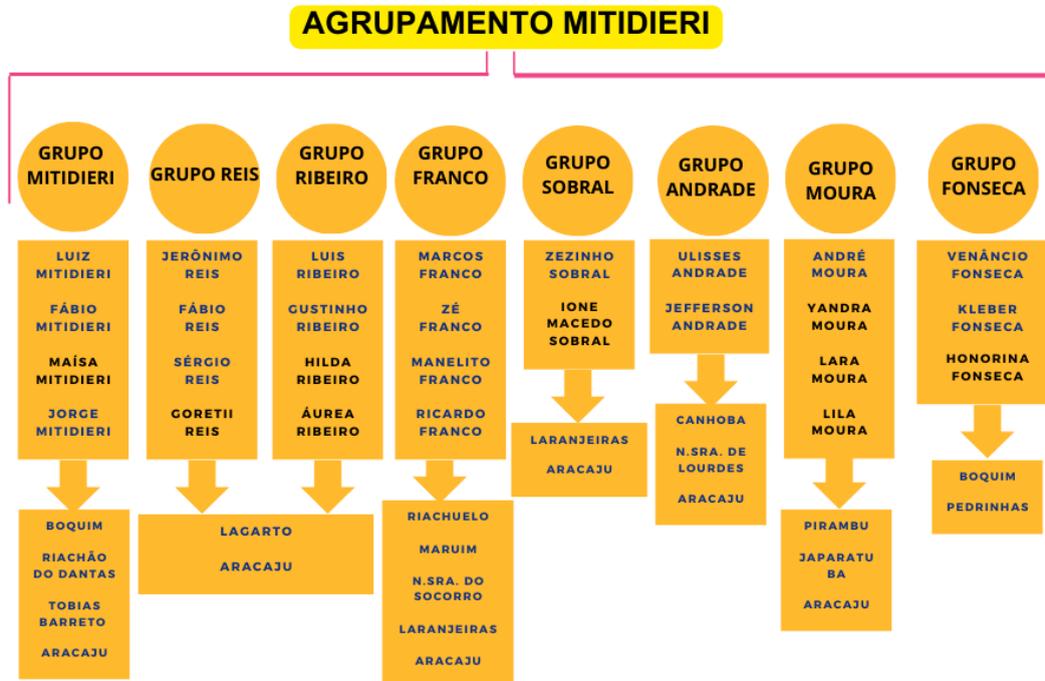
grupo Valadares era marcado pela única presença do Deputado Estadual Luciano Pimentel (PSB).

Porém, em 2022 a aliança entre Eliane Aquino e Belivaldo entra em crise, em um contexto de polarização política entre o Lulismo e o Bolsonarismo, Belivaldo decide apoiar o ex-deputado federal Fábio Mitidieri em uma chapa mesclada de políticos vinculados tanto ao Lula quanto ao Bolsonaro, em detrimento do senador Rogério Carvalho (PT), um dos herdeiros do Dedísmo e companheiro de caminhada política. Esse movimento antecipa um novo redesenho na política que se estabeleceu com o agrupamento político de base familiar, Mitidieri. O indeferimento da candidatura de Valmir de Francisquinho para governador do estado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TER/SE) redefiniu o rumo das eleições, haja vista que Valmir despontava em primeiro lugar nas intenções de voto, posto isso, se acentuou o embate entre o grupo de Belivaldo e os Mitidieri e o grupo do PT.

Apesar de Rogério (PT) sair na frente no primeiro turno com 44,70% dos votos, enquanto Fábio Mitidieri (PSD) alcançou 38,91% dos votos, Fábio venceu as eleições no segundo turno com o apoio de Alessandro Vieira (PSDB) com 51,70% dos votos ao passo que Rogério ficou na marca dos 48,30% dos votos perdendo as eleições mesmo com o estabelecimento de aliança com Valmir de Francisquinho para segundo turno, ligação ideologicamente contraditória entre um bolsonarista e um petista.

Essa dinâmica política apresentada neste capítulo, demonstra o sistema político pautado nas relações entre grupos e agrupamentos políticos de base familiar, nas quais algumas mulheres se inserem, ao observar o mapeamento desses grupos nesse período é possível perceber que o número de mulheres nesse sistema é pouco significativo e as que estão presente permanecem em tempo recorrente, o que pode significar a importância do grupo político como recurso importante para a manutenção dessas mulheres na política que compartilham carreiras e padrão de inserção em comum, sendo este, a base familiar. Isso fica aparente na composição dos grupos familiares que constituem o agrupamento Mitidieri.

Figura 2: Agrupamento Mitidieri em 2023



Fonte: Adaptado de Bonfim (2024)

Constituído por vários grupos de bases familiares na condição de aliados ou rivais, como os Reis e Ribeiro em Lagarto, o agrupamento Mitidieri demonstra somado ao condicionante familiar, uma associação de recursos profissionais que se unem as variáveis que englobam o padrão de entrada e manutenção na política dos atores políticos, como é o caso da delegada Danielle Garcia, política independente que apoia o grupo Mitidieri e passa a fazer parte do agrupamento pelo seu percurso profissional na atuação como delegada e sua ligação com o também delegado e senador Alessandro Vieira, bem como a delegada Katarina e a Deputada Federal Yandra Moura, também bacharel em direito ademais advinda do grupo Moura. Em 2024, tanto Danielle quanto Yandra concorreram às eleições para a prefeitura de Aracaju, a primeira evocando em seus discursos as aptidões profissionais em relação a sua carreira de delegada.

Nesse tocante, no caso das carreiras femininas é possível identificar a ramificação de mulheres oriundas dos grupos políticos familiares nas esferas municipais, estaduais e nacionais, portanto, alianças que fortalecem o agrupamento e a dominação no estado.

2.2 A presença feminina nos grupos políticos de base familiar em Sergipe

Como é possível observar na Figura 2, em destaque, há os nomes das mulheres que fazem parte dos grupos políticos de base familiar, uma estrutura dominante que se mantém na política sergipana que dentre essa, as mulheres comungam de um padrão semelhante de entrada na carreira política, geralmente, esposas, filhas ou irmãs dos líderes políticos do grupo. A inserção das mulheres na política por meio das bases familiares corrobora com a amplificação e fortalecimento dos grupos políticos nos eixos municipais, estaduais e federais, pois, esses cargos se ramificam no estado isso fica visível ao analisar os municípios que sediam essas bases familiares apresentados também na Figura 2.

O caso do grupo Moura ilustra bem esse cenário, a começar pela ex-deputada Lila Moura (2003-2007). Lila, foi a deputada estadual mais votada em 2002, com 27.024 votos pelo PFL, apesar de um mandato só, manteve influência no cenário político. Lila é esposa de Reinaldo Moura, natural de Japaratuba, cinco vezes deputado estadual, duas vezes presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe, exerceu também o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas. A herança política de Reinaldo Moura, beneficia seu filho André Moura e sua esposa Lara Moura, conseqüentemente a filha do casal, a atual deputada federal Yandra Moura (União).

André Moura, possui dois mandatos de prefeito na cidade Pirambu, dois de deputado federal e foi liderança do governo no Congresso Nacional e candidato ao senado. Atualmente, André é liderança do União Brasil no estado,⁸ partido que angariou 23 prefeituras nas eleições de 2024, ficando atrás apenas do PSD com 26 prefeituras. Sua esposa Lara Moura, é uma figura influente e consolidada na política do município de Japaratuba, com 3 mandatos de prefeita de 2008 a 2024, em 2024 apoiou a candidatura de Décio (União) que fez campanha utilizando o nome “Décio de Lara”, foi eleito com 52,01% dos votos.

Yandra Moura é advogada formada na Universidade Tiradentes (UNIT), a deputada estreou na política em 2022 e se estabelece como a primeira deputada federal do estado e a mais votada, sem uma trajetória política anterior aparente além das suas referências familiares

⁸Eleições em Sergipe: Partido que mais elegeu prefeitos no estado. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/eleicoes/2024/noticia/2024/10/07/eleicoes-em-sergipe-partido-que-mais-elegeu-prefeitos-no-estado.ghtmlhttps> Acesso em: 10/01/2025

no cenário político, Yandra fez sua campanha para o cargo legislativo utilizando-se da associação com o nome do seu pai, “Yandra de André”, foi eleita com 131.471 votos o maior quantitativo registrado dentre os deputados federais eleitos em 2022. Em suas redes sociais, ela se apresenta como uma representação sergipana na Câmara, disposta para trabalhar na disponibilização de recursos para o estado, como mencionado em seu discurso no ⁹evento do União Brasil que reuniu os prefeitos (as) eleitos (as) em 2024. Na Câmara, foi eleita também coordenadora do Observatório Nacional da Mulher na Política para o biênio 2023-2025.

A candidatura de Yandra e o êxito em sua primeira eleição demonstra o fenômeno da utilização do recurso familiar, como também do poder da articulação de grupos políticos nas dinâmicas eleitorais, o sucesso político da deputada representou a continuidade do grupo e o fortalecimento deste a nível estadual e nacional, obtendo uma representação na Câmara dos Deputados Federais, em um momento que seu pai estava impedido judicialmente de concorrer ao cargo. ¹⁰Desta feita, a deputada herdou uma aliança com 22 prefeitos e quase 30 vice-prefeitos. Yandra concorreu às eleições para Aracaju em 2024, porém, não obteve sucesso. Uma eleição marcada por diversos perfis de candidaturas femininas e acionamento de recursos; bases familiares, profissionais, ideológicos e de ativismos em movimentos sociais.

Outros casos também se destacam como dos Ribeiro. Hilda Ribeiro, foi eleita em 2020 primeira mulher prefeita da cidade de Lagarto, enquanto ela exercia o cargo executivo na prefeitura do município, sua sogra, Áurea Ribeiro, disputou o cargo de deputada estadual, enquanto o seu marido Gustinho Ribeiro foi reeleito deputado federal, o que Oliveira e Petrarca (2022) em matéria ao Brasil de Fato, descreveu como “candidaturas casadas” isto é, quando dois membros do mesmo agrupamento disputam em níveis diferentes. Áurea Ribeiro é casada com Luis Augusto Ribeiro, foi eleita deputada estadual em 2022 com 26.200 votos.

As demais carreiras possuem padrões de inserção e manutenção semelhantes, sendo as mulheres, irmãs, filhas ou esposas das lideranças. Essa ramificação dos cargos exemplifica como a dinâmica de alianças colabora com a manutenção da dominação política dos grupos familiares no estado, onde se faz característico a ocupação de cargos legislativos e executivos

⁹União por Sergipe: André e Yandra Moura reúnem prefeitos, vice prefeitos e vereadores eleitos pelo União Brasil. Disponível em: <https://yandramourase.com.br/2024/12/20/uniao-por-sergipe-andre-e-yandra-moura-reunem-prefeitos-vice-prefeitos-e-veredores-eleitos-pelo-uniao-brasil/> Acesso em: 10/05/2025

¹⁰OLIVEIRA, PETRARCA. Dança das Cadeiras e alianças políticas de base familiar. Brasil de Fato, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/12/artigo-eleicoes-em-sergipe-danca-das-cadeiras-e-alias-politicas-de-base-familiar> Acesso em: 25/11/2024

entre os membros. Nesse caso, a mulher é encarregada de perpetuar o nome da família no estado quando são convocadas a concorrer às eleições e ocupar essas posições com a finalidade de expandir e fortalecer o grupo político.

Portanto, apesar de não analisar profundamente as carreiras femininas nesse contexto, esse capítulo teve como objetivo contextualizar o sistema político de base familiar haja vista que este trabalho está voltado ao estudo de carreiras femininas no estado de Sergipe e analisar a presença feminina nessas relações, além de identificar os padrões de inserções similares que consolidam a política de base familiar e como as mulheres são recrutadas a participarem dessas articulações em uma maneira de entrada na política que se difere de outros padrões de recrutamento diversos que coexistem na política institucional.

CAPÍTULO III: CANDIDATAS ÀS PREFEITURAS SERGIPANAS: QUEM SÃO ELAS?

Esse capítulo tem como objetivo analisar o perfil sociográfico de mulheres candidatas às prefeituras dos municípios do estado de Sergipe de 2008 a 2024, a partir dos dados coletados no sistema do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foram analisadas as variáveis de raça e grau de instrução com o intuito de identificar qual o perfil das mulheres que se candidatam às prefeituras municipais.

Como apresentado no capítulo I, há diversos padrões de recrutamento para inserção de mulheres na política, o característico do estado é a política de base familiar, porém, outros condicionantes são comuns nas carreiras políticas, portanto, com o cruzamento dos dados e a discussão bibliográfica será possível observar as relações sócio políticas que circundam as candidaturas femininas. Tomar as candidaturas de mulheres como objeto de uma construção é pensá-las como produto de uma série de injunções estratégicas, capazes de produzir diferentes imagens no espaço público (Barreira, 1998).

A entrada da mulher na política em Sergipe, coabita com a estrutura dominante dos grupos políticos no estado, como demonstrado há um grupo de mulheres que conseguem se manter na política, entretanto estas advêm dos grupos políticos de base familiar e são recrutadas também por essa via, porém, esse fator apesar de ser característico da política sergipana e brasileira atravessada pelo processo colonial de manutenção de elites familiares dirigentes, perpassa também a questão da representatividade da mulher na política e se relaciona com desigualdades referentes ao padrão de mulheres que buscam fazer parte da política institucional e obtém êxito na vida política, nesse caso, o patriarcalismo se entrelaça com fatores socioeconômicos.

O gênero não se configura de maneira independente em relação à raça e a à classe social nem é acessório relativamente a essas variáveis. De fato, na conformação conjunta do capitalismo e do patriarcado em seus padrões atuais, as mulheres são posicionadas como um grupo onerado pelo cotidiano de trabalho prestado gratuitamente, direcionado a ocupações específicas, menos remunerado que os homens que desempenham as mesmas atividade e sub-representado na política. (Biroli, 2018, p.23)

Segundo Biroli (2018), a sub-representação feminina na política institucional é consequência também da divisão sexual do trabalho, na qual o gênero é produzido pelas atribuições impostas a homens e mulheres. Embora as hierarquias de classe e raça incidam na definição de quem tem acesso aos espaços de poder, a divisão sexual do trabalho e as formas da construção do feminino a ela relacionadas fazem com que as mulheres tenham chances

relativamente menores do que os homens de ocupar posições na política institucional e de dar expressão política, no debate público, a perspectivas, necessidades e interesses relacionados à sua posição social (Biroli,2018, p.24).

Entretanto, conforme os dados, pode-se perceber que existe uma aproximação no número de participação de mulheres autodeclaradas brancas e pardas e uma grande disparidade em relação às mulheres negras. O cenário que se apresenta nesses dados leva a discussão racial no Brasil e no Nordeste em torno das questões de identidade que se incide na autodeclaração racial, o conceito de raça aqui trabalhado parte da concepção sociológica em torno desse conceito de Guimarães (2003), coaduna-se também com Aureliano e Santana (2021) através do artigo “Quem é pardo no nordeste brasileiro?”.

Importante ressaltar que essa análise não objetiva esgotar a discussão racial em torno das relações de gênero no estado de Sergipe, mas, cooperar na compreensão dos perfis das mulheres que buscam adentrar a política institucional identificando as variáveis que demonstram essa composição mas que também evidenciam as desigualdades entre as mulheres. Além, da manutenção de uma elite que conserva a inserção e permanência na política entre mulheres advindas da política de base familiar, majoritariamente brancas, é importante notar que a participação feminina na política é atravessada também pela questão racial.

Nas relações assim estabelecidas, estão no polo do privilégio aqueles que têm presença maior na política institucional e, como tal, maiores possibilidades de influenciar a agenda pública e a formulação de leis e políticas. Está no polo da desvantagem e da opressão justamente quem tem menores possibilidades de ocupar espaços e exercer influência no sistema político, isto é, as mulheres, em especial mulheres negras, pobres e imigrantes (Biroli,2018, p.46).

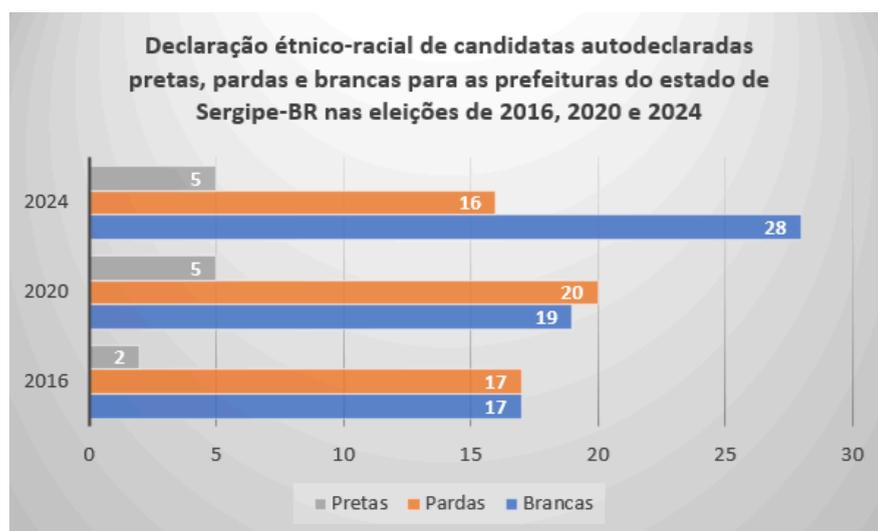
Com isso, esse capítulo pontua a questão racial que atravessa as relações de gênero na política tendo em vista a questão da escolaridade e observando o cruzamento dessas variáveis com a ocupação profissional das candidatas, para que assim possa ser identificado os indicativos presentes no perfil social das candidatas às prefeituras de Sergipe de 2008 a 2024.

3.1 Perfil social das mulheres candidatas de 2008 a 2024

Em 2008 e 2012, o TSE não registrava a autodeclaração racial das candidatas e candidatos, ainda em 2014 o TSE estudava incluir a autodeclaração racial dos candidatos nas estatísticas do sistema. Em entrevista a ¹¹Redação Conjur em 2013, a assessora política do INES (Instituto de Estudos Socioeconômicos) afirmou que tentou implementar a medida do candidato (a) declarar a sua cor no momento de registro da candidatura através de articulação ao Congresso Nacional, mas não obteve sucesso. Sendo assim, a análise da questão racial em 2012 e anos anteriores no que tange as candidaturas fica comprometida e deixa lacunas na observação desse panorama nas análises dos dados.

Posto isso, só foi possível identificar a autodeclaração racial das mulheres candidatas a prefeitas nos pleitos de 2016, 2020 e 2024. Como mostra a Figura 3, o número de mulheres que se autodeclararam pardas se aproxima do número de mulheres brancas, entretanto, em 2024 se percebe um crescimento exponencial de mulheres que se autodeclararam brancas enquanto o número de mulheres pardas não apresentou grandes mudanças em relação aos anos anteriores. Quanto a cor/raça, o TSE dispôs enquanto alternativas para autodeclaração; pretos, pardos, brancos e amarelos, em 2016 apenas uma mulher se autodeclarou amarela, pela inexpressividade do número esse dado não foi analisado. Em 2020 e 2024, a opção amarela para autodeclaração deixa de constar, o TSE não registrou declarações de etnias indígenas.

Figura 3: Declaração étnico-racial de mulheres candidatas a prefeitas em Sergipe em 2016, 2020 e 2024



¹¹ TSE poderá ter estatística étnica de candidatos, Redação Conjur, 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-jan-21/tse-estatistica-raca-cor-candidatos-2014/>

Fonte: TSE
Elaboração Própria (2025)

3.1.1 Pardas candidatas e brancas eleitas

¹²O Censo de 2022 mostrou que 61,6% da população sergipana se identifica como parda, 25,2% brancas e 12,9% pretos e 0,2% indígenas. No Nordeste, 59,6% da população se declarou parda, 13,0% preta, 26,7% branca e 0,6% indígenas. Apesar de não ter conseguido identificar o cruzamento dos dados de autodeclaração racial com o gênero no censo 2022 para que fosse possível observar a proporcionalidade das mulheres pardas no estado com o número de candidatas às prefeituras, os dados referentes às candidaturas de mulheres pardas nos últimos anos também apresentam expressividade.

Aureliano e Santana (2021) discute a questão da mestiçagem no Nordeste, compreendendo os processos de construção da identidade negra, mas também observando os processos históricos de embranquecimento da sociedade brasileira e a construção de uma identidade nacional pautada na ideia de democracia racial. Entretanto, os autores averiguaram a interação histórica entre afrodescendentes e indígenas na formação social do nordeste que, segundo eles, obteve menor entrada de imigrantes europeus no final dos anos 1800. Portanto, os dados de autodeclaração das candidatas suscitam a questão dilema nas relações raciais, em compreender o conceito de pardo, comumente, se declaram como pardo pessoas que em seus fenótipos estão em um “trânsito racial” (Aureliano, Santana, 2021) entre negros e brancos, ou seja, se dá pela leitura dos traços fenotípicos entre esses dois grupos étnicos.

Por conseguinte, as questões aqui levantadas levam a algumas hipóteses; se a autodeclaração enquanto pardo parte desse resultado da mestiçagem presentes nos traços fenotípicos ou se é fruto do processo histórico de embranquecimento que se incide também nos aspectos culturais e psicossociais da construção da identidade de um sujeito. A autodeclaração racial parte da maneira em que o indivíduo se reconhece nos traços físicos mas também perpassa a identidade cultural e o reconhecimento do pertencimento a um povo, portanto, diversos fatores históricos e sociais se relacionam até a autodeclaração de mulheres que não se reconhecem enquanto negras, tampouco enquanto brancas.

¹² Censo 2022 em Sergipe: mais de 60% da população se autodeclara parda; números de pretos mais que dobrou. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2023/12/22/censo-ibge-em-sergipe-mais-de-60percent-da-populacao-se-autodeclara-parda.ghtml> Acesso em: 15/01/2025

Porém, os autores ressaltam a presença indígena no nordeste que também se fez presente no processo de mestiçagem no Brasil, mas, que tem a sua identidade apagada. Os indígenas são colocados em uma esfera folclórica da história do Brasil, ainda vistos como povos isolados da sociedade e as mulheres historicamente vitimadas pela colonização, no entanto, o que os autores averiguaram é a presença dos traços indígenas na composição das características das pessoas que se autodeclararam pardas. No entanto, somente a presença desses traços não leva a declarar-se indígena, haja vista que o pertencimento a identidade étnica indígena é perpassado por diversos fatores sociais, culturais e históricos que atravessam as práticas e a cosmovisão dos sujeitos.

Com base nisso, vemos que a representatividade das mulheres indígenas nesses pleitos aos cargos de prefeitas no estado é nula ou não foi registrada, porém, é importante ressaltar que os povos indígenas no Brasil são atravessados por um processo de apagamento que os exclui socialmente e folcloriza as suas identidades culturais. Os sujeitos indígenas demandam por uma equidade social que respeite as suas singularidades, como também ofereça oportunidades para expandirem os seus espaços socioculturais sem sofrerem atos discriminatórios (Rufino, Senna, Souza, 2022).

Em 2020, o projeto de lei 4041/20 instituiu a criação das cotas mínimas de financiamento e tempo do horário gratuito de propaganda eleitoral para candidaturas não brancas, essas candidaturas devem ser proporcionais ao percentual de pretos e pardos de cada estado.¹³ Em 2021, o Congresso aprovou uma lei que duplica o peso das eleições de mulheres e negros para a distribuição de recursos políticos do Fundo Eleitoral entre os partidos. Entretanto, muitos partidos descumpriram as referidas leis. Com isso, em 2024 o¹⁴ Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 133 que perdoa os débitos dos partidos que descumpriram a aplicação de recursos em candidaturas de pretos e pardos em eleições anteriores com a condição que os valores sejam investidos em candidaturas de pretos e pardos a partir das eleições de 2026, obriga também os partidos a destinarem 30% do Fundo Eleitoral e do Fundo Partidário às candidaturas de pessoas pretas e pardas.

¹³ Projeto prevê cota mínima de candidatos negros nas eleições para o Poder Legislativo. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/683198-projeto-preve-cota-minima-de-candidatos-negros-nas-eleicoes-para-o-poder-legislativo/> Acesso em: 22/01/2025

¹⁴ Congresso promulga emenda constitucional com perdão a partidos e nova regra para candidaturas de pretos e pardos. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1090867-congresso-promulga-emenda-constitucional-com-perdao-a-partidos-e-nova-regra-para-candidaturas-de-pretos-e-pardos> Acesso em: 11/01/2025

O ¹⁵instituto GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa) analisa as discrepâncias entre as declarações raciais dos candidatos às eleições de 2022 ao TSE e a percepção das pessoas, ou seja, como os candidatos eram vistos socialmente para os eleitores, a finalidade não é definir arbitrariamente qual a raça dos candidatos, mas, identificar que a raça se constrói socialmente a partir do fenotípico de cada sujeito. Essa condição atravessa uma estrutura que se baseia em um gradiente de cor onde quanto menos negro for mais oportunidades o indivíduo terá.

Entretanto, analisando as políticas afirmativas os dados podem ser tratados observando a possibilidade de fraudes, mas, sobretudo o processo sócio histórico de formação da sociedade brasileira que atravessa a construção das identidades de homens e mulheres em se reconhecerem em determinado grupo étnico, lançando o olhar para o apagamento da cultura negra e o processo de embranquecimento presente na história do país.

Portanto, o que se observa nos dados étnico raciais das candidatas é a tradução de um processo sócio histórico que se reverbera em estigmatizações que determinam mais ou menos possibilidades aos sujeitos de acordo com traços fenotípicos, isso se reflete no número inexpressivo de mulheres negras nas candidaturas nos anos analisados em Sergipe, como consta na figura 3 esse número varia de 2 a 5 em todo o estado.

Biroli (2018), intersecciona gênero, raça e classe em uma análise na qual se pensa a divisão sexual do trabalho como aspecto importante na segregação entre mulheres e homens, no que tange a destinação dos ofícios dos âmbitos públicos e privados da sociedade, como destinados a um gênero ou outro. Essa diferenciação inviabiliza a atuação política de mulheres e conseqüentemente o seu engajamento na política, dessa forma, a autora identifica que a divisão social do trabalho não afeta todas as mulheres de igual maneira. O fato de ela não incidir igualmente sobre todas as mulheres implica que a produção do gênero que assim se dá é racializada e atende a uma dinâmica de classe (Biroli, 2018).

A divisão sexual do trabalho está ancorada na naturalização de relações de autoridade e subordinação, que são apresentadas como se fossem fundadas na biologia e/ou justificadas racialmente. Em conjunto, as restrições impostas por gênero, raça e classe social conformam escolhas, impõem desigualmente responsabilidades e incitam a determinadas ocupações, ao mesmo tempo que bloqueiam ou dificultam o acesso a outras. (Biroli, 2018, p. 24)

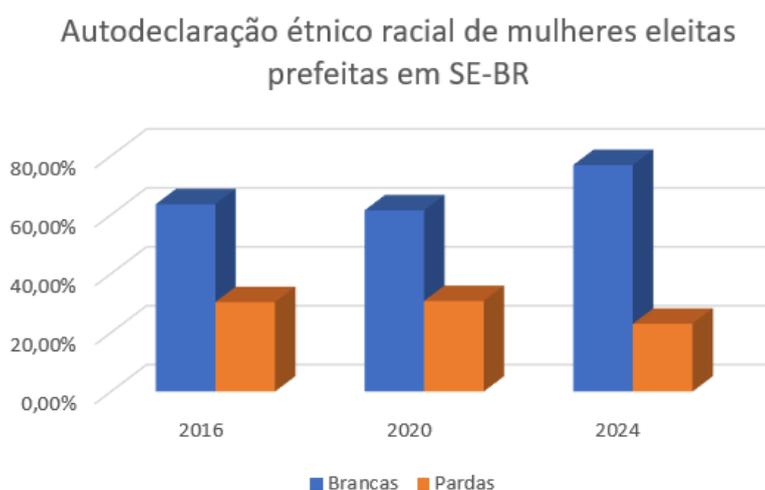
Para Biroli (2018), no que tange a divisão sexual do trabalho, o gênero pode não ser um obstáculo para um grupo de mulheres na mesma medida em que são para outras no que se

¹⁵ Heteroclassificação racial das candidaturas. GEMAA Disponível em: <https://gema.iesp.uerj.br/projeto/eleicao2022/>

refere a sua atuação na vida pública por terem a possibilidade de contratar o trabalho doméstico de outras mulheres, isso não anula o fato de que as mulheres estão mais atreladas às atividades domésticas do que homens, porém, ela acredita que o impacto é reduzido pelo acesso a produtos e contratação dos serviços de outras mulheres. Por isso, podem não ser “percebidos como um problema de gênero porque não fazem parte da experiência das mulheres dos grupos dominantes.” Embora esse grupo seja minoritário entre as mulheres, é sua posição que predomina entre as que ocupam cargos políticos (Biroli, 2018, p.46).

Segundo Gonzales (2020): “O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações sociais mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa.” As eleições de 2024 mostram a sub-representação das mulheres negras nas prefeituras do país, segundo o¹⁶ INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos) 33,1% das mulheres eleitas prefeitas no Brasil são negras, enquanto 66,1 % são brancas. ¹⁷Em 2020, as mulheres negras eleitas foram 32% , enquanto as mulheres brancas somaram 66,5% . Conforme a análise das candidaturas nos dados de autodeclaração do TSE, em Sergipe, das 11 mulheres eleitas em 2016, 7 eram brancas (63,6%) e 4 eram pardas (36,3%). Em 2020, das 13 eleitas, 8 eram brancas (61,5%) e 4 pardas (30,76%), uma mulher não declarou. Em 2024, das 13 eleitas, 10 eram brancas (76,92%) e 3 pardas (23,0%)

Figura 4: Autodeclaração étnico racial de mulheres eleitas prefeitas em SE-BR



¹⁶ Perfil do ele

<https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2024/11/inesc-2024-perfil-dos-eleit-os-1e2turnos.pdf>

¹⁷ Perfil das candidaturas eleitas:

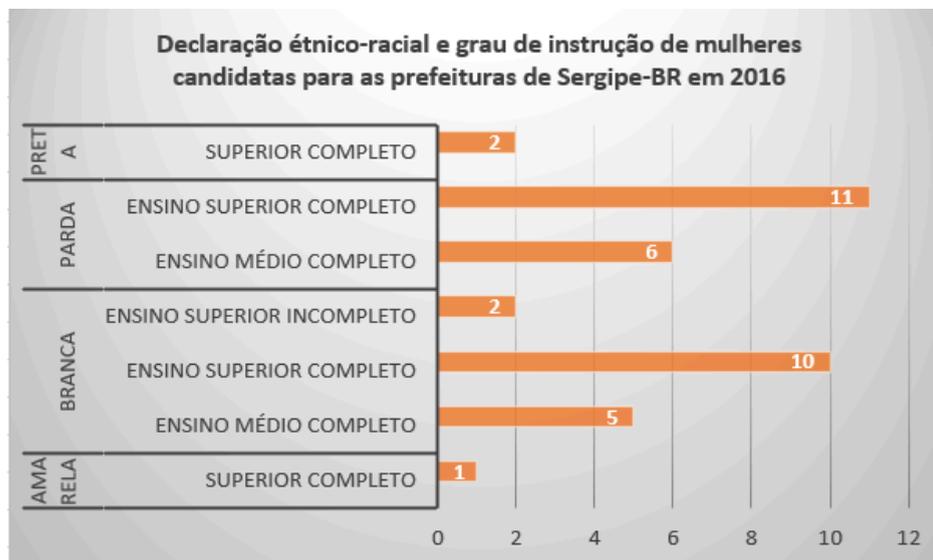
<https://inesc.org.br/eleicoes-2020-perfil-das-candidaturas-eleitas-em-1o-turno/>

Fonte: TSE
Elaboração Própria (2025)

3.1.2 Diplomadas, da academia às prefeituras

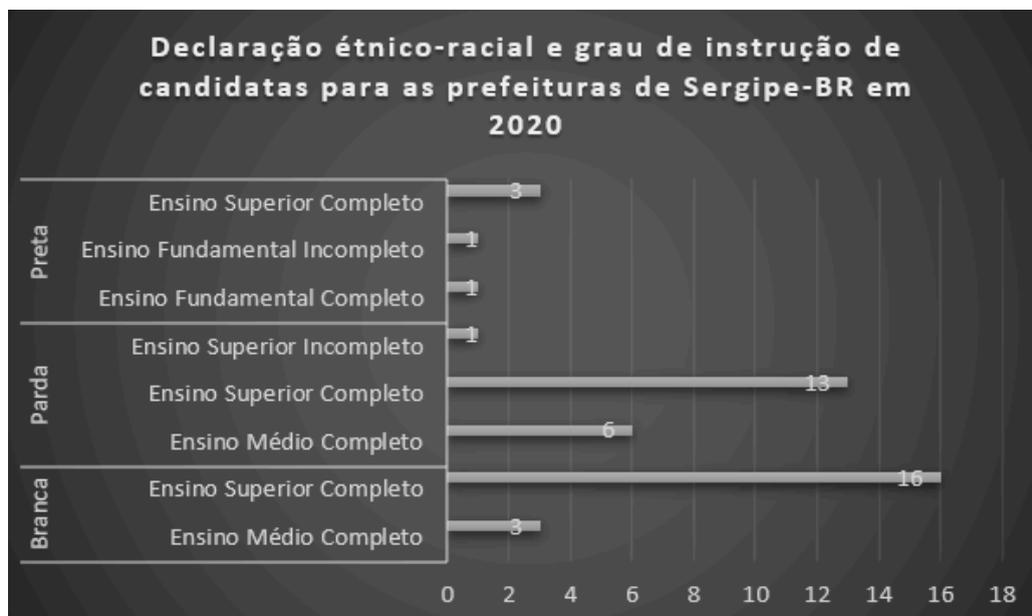
Para continuar analisando a composição dos perfis das candidaturas femininas às prefeituras de Sergipe, foram cruzados os dados de grau de instrução e declaração étnico-racial dos anos de 2016, 2020 e 2024, como é possível observar nas figuras abaixo:

Figura 5: Declaração étnico-racial e grau de instrução de mulheres candidatas para as prefeituras de Sergipe em 2016.



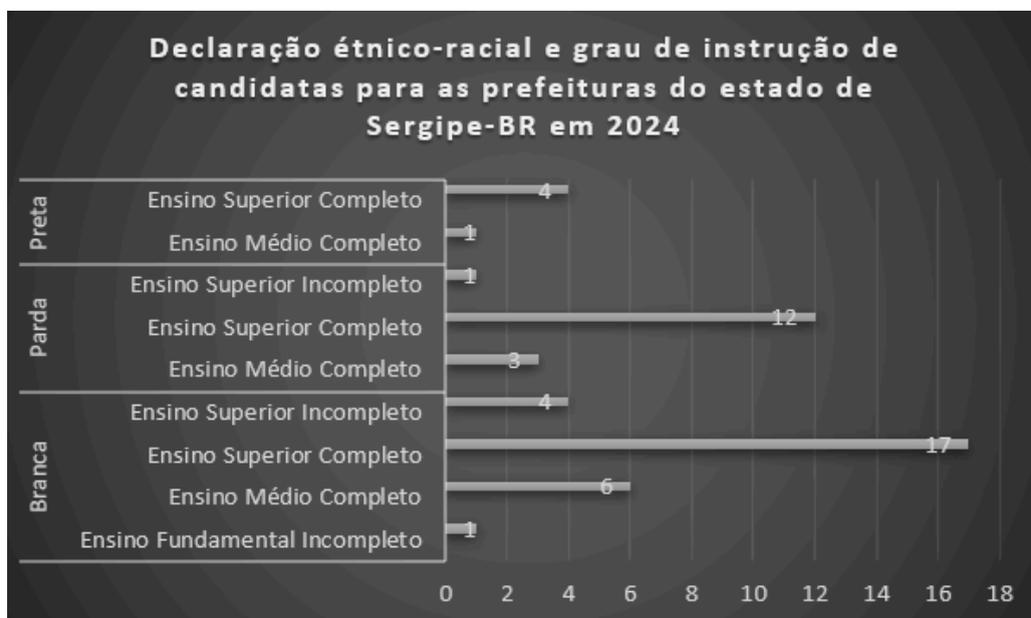
Fonte: TSE
Elaboração Própria (2025)

Figura 6: Declaração étnico-racial e grau de instrução de candidatas para as prefeituras de Sergipe em 2020.



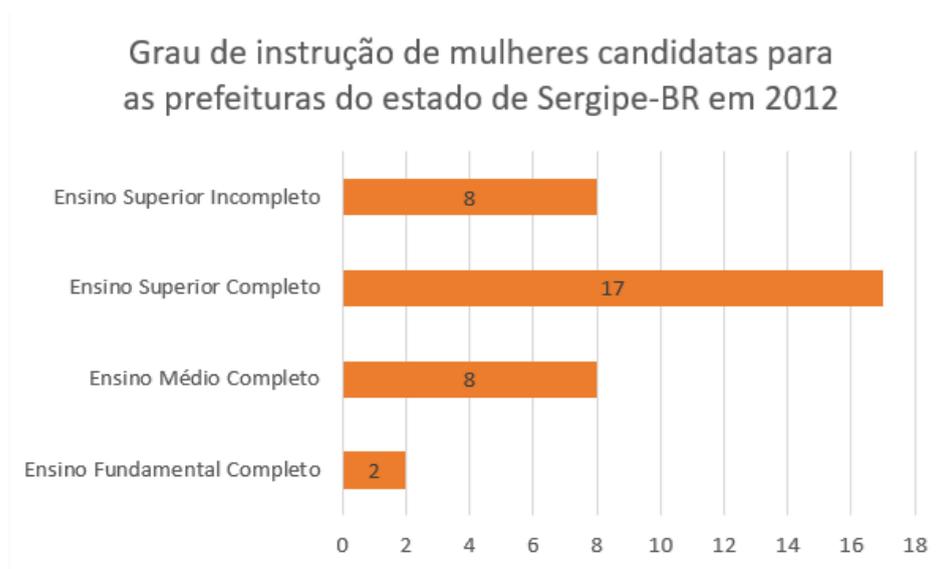
Fonte: TSE
Elaboração Própria (2025)

Figura 7: Declaração étnico-racial e grau de instrução das candidatas para as prefeituras de Sergipe em 2024



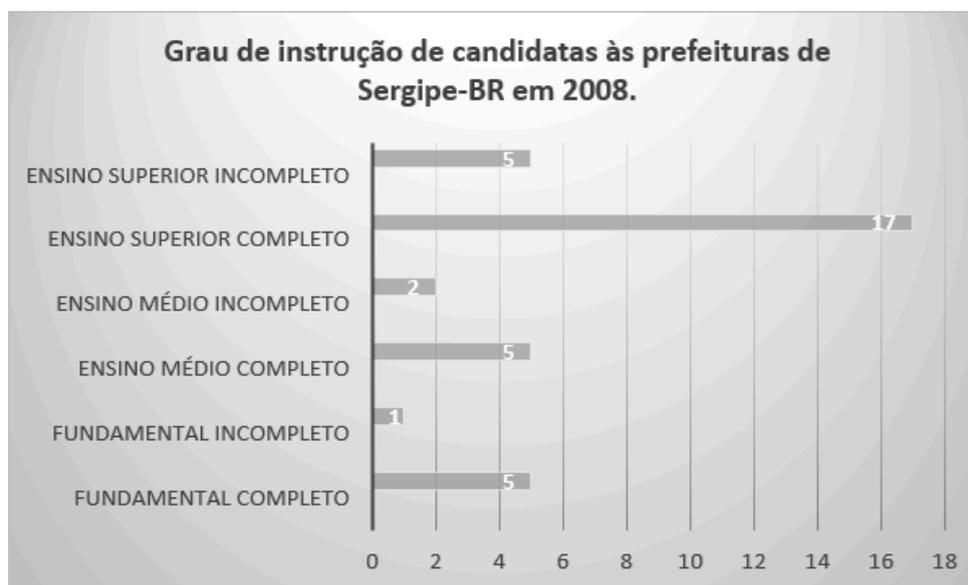
Fonte: TSE
Elaboração Própria (2025)

Figura 8: Grau de instrução das candidatas para as prefeituras de Sergipe em 2012



Fonte: TSE
Elaboração: Autora (2025)

Figura 9: Grau de instrução das candidatas para as prefeituras de Sergipe em 2008



Fonte: TSE
Elaboração: Autora (2025)

No período analisado, a formação completa no ensino superior se mostrou como um recurso social expressivamente importante presente nas candidaturas de mulheres pretas, pardas e brancas, o que pode demonstrar um fenômeno de utilização do capital cultural para agregar no capital político, nota-se que a maioria das mulheres que buscam entrar na vida política e são recrutadas para isso, possuem formação acadêmica. O capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa ou a um objeto os próprios poderes que eles lhe reconhecem (Bourdieu, 1989, p.187).

Segundo as observações do RASEAM 2020 (Relatório Anual Socioeconômico da Mulher), o grau de instrução é um critério muito mais determinante para a eleição de mulheres do que de homens. Segundo o relatório, a chance de uma mulher com ensino superior completo se eleger é, em média, 7,4 vezes maior do que uma mulher que apenas lê e escreve. Enquanto para homens com ensino superior completo a chance de ser eleito em relação aos que apenas lêem e escrevem é de 2,3 vezes mais.

Portanto, as formações podem ser utilizadas nos discursos em candidaturas a fim de conquistar a credibilidade dos eleitores, como comumente ocorre na área do direito e da saúde. Posto isso, quando se trata das ocupações atreladas ao grau de instrução das

candidatas, segundo o TSE, em 2008, 2 das mulheres com ensino fundamental completo eram prefeitas, com ensino médio completo e incompleto as ocupações se distribuem em; donas de casas, empresárias, professoras (ocupações que aparecem frequentemente nos anos analisados), aposentadas e prefeitas. Com ensino superior, em maior número constam advogadas (3), prefeitas (3), servidoras públicas do estado (3).

Percebe-se, uma expressividade no número de mulheres que recorrentemente declaram o cargo de prefeitas em sua ocupação profissional, em 2012, observa-se em todos os graus: com ensino fundamental completo; 1 prefeita, médio completo; 4 prefeitas, superior completo; 4 prefeitas, superior incompleto; 1 prefeita. Em 2016, entre as candidatas, 1 prefeita com ensino médio completo, 2 com ensino superior completo, ademais, registrou-se um predomínio de professoras, e outras profissões proporcionalmente distribuídas como; advogada, psicóloga, terapeuta, técnica-administrativa, comerciantes e vereadora.

Em 2020, foram 3 prefeitas com ensino superior completo na condição de candidatas, e 1 com ensino superior incompleto, além das profissões citadas anteriormente, contou também com enfermeira, médica, odontóloga, servidoras públicas e secretárias. Já em 2024, observou-se 2 prefeitas com ensino médio completo e 4 com ensino superior completo, 1 deputada com ensino superior completo também concorrendo ao cargo, foi o ano, entre os analisados, que mais acumulou um número de advogadas ao cargo (6), empresárias com superior completo (3), 1 vereadora com ensino superior completo, com ensino fundamental incompleto; 1 dona de casa e 1 vereadora, as demais ocupações registradas foram de comerciantes, pecuaristas, administradoras, agentes de saúde, aposentadas e servidoras públicas e etc.

A análise entre esses dados, proporcionou perceber que a maioria das mulheres que estavam em condição de reeleição ao cargo possuíam majoritariamente o ensino superior ou ao menos, o ensino médio completo, o que exemplifica como a escolaridade é um fator que se agrega aos arranjos de condicionantes sociais que encaminham uma carreira política, no entanto, não atua isoladamente. Coradini (2012), observa como a condição profissional e a titulação escolar produzem efeitos nas possibilidades de sucesso eleitoral. Por outro lado, além dos recursos associados à ocupação e ao grau de escolarização na medida em que o cargo em disputa é mais elevado e as chances de sucessos são mais altas, também cresce o peso do “carisma de função” decorrente da ocupação prévia de cargos eletivos (Coradini, 2012). No entanto, o autor acredita que as chances eleitorais e as possibilidades de candidatura são resultados da associação entre os recursos de posição, a titulação escolar e o

carisma de de função, isto é, a ocupação anterior de cargos públicos que se relacionam com os investimentos nas campanhas e os resultados eleitorais.

Portanto, se observarmos a constância das declarações de prefeita como ocupação relacionadas ao grau de escolarização, podemos notar, em certa medida, uma “profissionalização da política” (Weber, 1918) em algumas carreiras. A ideia de carreira está ligada a dimensão temporal, havendo uma continuidade cronológica definida pelo tempo de atividade na política que, por sua vez, está correlacionada de forma positiva com uma maior socialização do político que, finalmente, contribui para a maior profissionalização (Alcantara,2016, p.183).

3.1.3 Dilemas do cuidado, do âmbito privado ao público

Segundo os dados do TSE, de 2008 a 2024, foram eleitas 60 prefeitas em Sergipe, destas, 13 obtiveram reeleições, entre elas algumas carreiras de mulheres advindas de grupos políticos de base familiar, as mulheres que consagraram-se em reeleições nesse período foram:

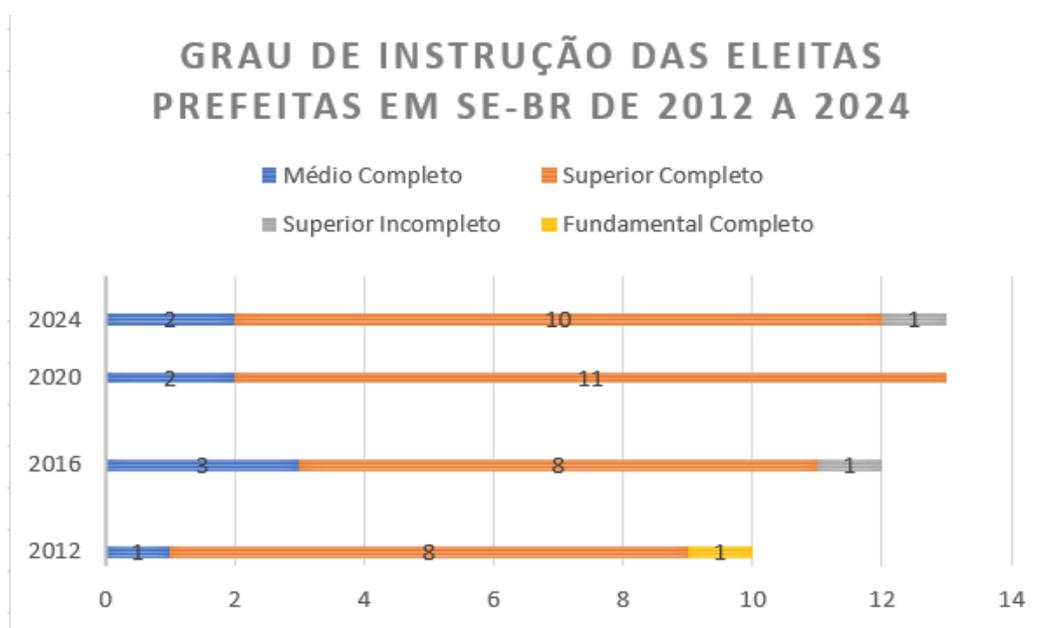
- Esmeralda em Carmópolis, eleita em 2008 e reeleita em 2012 pelo PT e em 2020 pelo PSD.
- Lara Moura em Japaratuba, eleita em 2008 pelo PR (Partidos Republicanos), em 2016 e 2024 pelo PSC.
- Dona Ana em Arauá, eleita em 2008 e 2012 pelo PMDB.
- Selma de Mauro em São Miguel do Aleixo, eleita em 2008 e 2012 pelo PDT.
- Elayne de Dedé em Malhador, eleita em 2008 e 2016 pelo PSB.
- Vera em Nossa Senhora de Aparecida, eleita em 2012 e 2016 pelo PSB.
- Cândida Leite em Riachuelo, eleita em 2012 e 2016 pelo PMDB.
- Nena de Luciano em Monte Alegre, eleita em 2016 pelo PRB e em 2020 pelo PP.
- Silvany em Capela, eleita em 2016 pelo PTN e em 2020 pelo PSC.
- Zete de Janjão em Gararu, eleita em 2020 e 2024 pelo PSD.
- Jeane da Farmácia em Nossa Senhora de Aparecida, eleita em 2020 e 2024 pelo PL.
- Luana Oliveira em Nossa Senhora da Glória, eleita em 2020 e 2024 pelo PSD.
- France de Domingos em Pedrinhas, eleita em 2020 pelo PSB e 2024 pelo PSD.

Diversos fatos circundam a manutenção de mulheres na política no estado; o contexto sócio político dos municípios, as relações entre grupos políticos no estado e na cidade, a associação com outra figura de liderança local como é possível observar na utilização da palavra “de” entre o nome da candidata que se associa com o de outra pessoa, geralmente uma figura masculina. Blay (2015), analisa a participação feminina no nordeste por diversos aspectos, entre eles; a condição socioeconômica do município, a origem familiar das eleitas, a faixa etária e a escolaridade. Além disso, é importante ressaltar que a dinâmica das alianças eleitorais é um dos movimentos principais a serem estudados quando se trata de eleições e reeleições, principalmente quando se refere a candidaturas femininas no contexto de articulações entre grupos políticos.

No entanto, esse trabalho não comporta analisar todas essas variáveis entre as eleitas haja vista que demanda de uma metodologia de pesquisa mais aprofundada o que iria requerer maior tempo, porém, como já foi mencionado anteriormente a escolaridade se mostrou como um condicionante social comum e expressivo tanto entre as candidatas quanto entre as eleitas. As elencadas, que conseguiram alcançar reeleições no poder executivo das cidades, 9 possuem ensino superior completo, 1 superior incompleto, 3 ensino médio completo.

Porém, em 2008, o grau de instrução das eleitas são distribuídos de maneira dispersa, 2 possuíam ensino médio completo, 3 ensino superior completo, 1 ensino fundamental incompleto, 3 ensino fundamental completo, 1 ensino médio incompleto, 2 ensino superior incompleto. Entretanto, a partir de 2012 o cenário mudou e as mulheres eleitas majoritariamente possuem o ensino superior completo.

Figura 10: Grau de instrução das eleitas prefeitas em SE-BR de 2012 a 2024



Fonte: TSE
Elaboração Própria (2025)

As quatro grandes áreas ocupadas pelas mulheres no ensino superior em 2013, eram; serviços de beleza, ciências da educação, secretariado e serviço social.¹⁸ Em 2024, segundo os dados do RASEAM, as mulheres também se mantêm à frente no que se refere a entrada no superior, 5.248.891 matriculadas e 3.737.663 homens matriculados, 2.317.135 mulheres ingressantes e 1.627.762 homens, 809.110 mulheres concluintes e 518.078 homens. No que tange o perfil profissional das eleitas e sua relação com grau de instrução, as ocupações transitam a área da educação, saúde, serviço público e prefeitura, desse modo, configura o que Barreira (1998) demonstra na análise de algumas candidaturas, nas quais são atribuídas virtudes as mulheres e as prefeituras são apresentadas como um local que necessita de cuidados femininos, refere-se a expansão do espaço privado, no qual se atribui à mulher as características relacionadas ao cuidado, agora no espaço público.

Nesse caso, a mulher que está encarregada dos cuidados na vida privada e na vida profissional, na prefeitura também se encarregará desse “propósito”, é tido que as virtudes concebidas como femininas são associadas com os “tinos administrativos” (Barreiras, 1998) masculinos e encaminham as prefeitas a pensarem em creches, questões sociais e tudo que circula o universo do cuidado extensível do âmbito doméstico para o público, o que Rabay *et.al* (2013) denomina de “prefeituras do lar”.

Por fim, este capítulo visou demonstrar o perfil social das mulheres que concorrem às prefeituras de Sergipe de 2008 a 2024 e as que são eleitas, percebeu-se que apesar do percentual de mulheres pardas serem expressivos nas candidaturas, não se aproxima do percentual de mulheres brancas eleitas que lideram os anos estudados como vistos na figura 4. Com isso, foi debatido as questões raciais no nordeste e no Brasil que atravessam esses dados, mostrou também que, o ensino superior completo é um condicionante preponderante na vida política de mulheres que se candidatam e isso se reverbera nas chances de eleição, as que se mantêm na política também possuem um grau de instrução mais elevado. Porém, essas variáveis isoladamente não asseguram a manutenção da mulher na política, é preciso compreender as dinâmicas e as relações dessas prefeitas com a política local e regional a fim de visualizar as alianças eleitorais e ligações com grupos e agrupamentos políticos.

¹⁸ RASEAM 2024:
<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero/raseam/ministeriodasmulheres-obig-raseam-2024.pdf>

Entre a variável ocupação, foi percebido que as mulheres estão profissionalmente em torno das áreas de educação, saúde, serviço público, porém, ocupam também as prefeituras a certo nível de profissionalização da política, haja vista a presença de recorrentes reeleições e tentativas de reeleições durante os anos. Porém, explicitou também que há uma desigualdade no que se refere às questões de gênero entre mulheres negras e brancas na política no estado, associando esse dado com as análises acerca da racialização da divisão sexual do trabalho e os dados de candidaturas negras que se apresentam, bem como a inexistência de eleições de mulheres que se autodeclararam pretas no estado e número mínimo no caso de eleições das mulheres pardas.

Portanto, pode-se concluir que o perfil social das candidatas a prefeituras no estado é composto majoritariamente por mulheres pardas e brancas de ensino superior completo. No caso das eleitas, prevalecem as eleições de mulheres brancas com ensino superior completo, relacionando-se com as articulações entre grupos e agrupamentos políticos de base familiar que abriga as dinâmicas de alianças eleitorais e ascensão política a seus membros como um recurso importante para inserção e manutenção na política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho de conclusão de curso demonstra uma análise para além de uma apresentação de dados estatísticos, foi necessária a contextualização sociopolítica do estado sergipano para que fosse possível visualizar a presença feminina nas dinâmicas políticas da região. Logo, compreendendo a inserção e manutenção de mulheres nesse cenário, tais observações pretendem colaborar com pesquisas que visem estudar a participação feminina na política institucional no nordeste e no estado de Sergipe.

O primeiro capítulo, delimitou o universo que foi estudado, ou seja, as mulheres entre as relações de grupos políticos de base familiar, pois, no estado esta é uma característica que se mantém atravessando a temporalidade desde a formação sociopolítica do território até os dias atuais, elites familiares que se fragmentam ou se aliam a fim de manter uma estrutura dominante, portanto, essas relações foram estudadas com base no conceito de “parentela” (Queiroz, 1997) com o objetivo de analisar a formação dos grupos políticos que se estruturam através das redes de parentelas.

Porém, a presença das mulheres nessa condição é marcada por um padrão de recrutamento que visa fortalecer e expandir os grupos políticos. Desta feita, Blay (2015) colabora com os estudos das carreiras femininas ao identificar categorias de entrada e

manutenção na política entre as prefeitas; prefeita esposa, prefeita coronel e prefeita por iniciativa própria, o que embasa a análise de aspectos que estão presentes nos padrões de entrada na política de mulheres advindas de grupos familiares. Além disso, Barreiras (1998) soma substancialmente com o capítulo com os estudos de candidaturas às prefeituras de capitais do Nordeste.

Entretanto, se fez importante observar a política institucional como um espaço que é configurado para a atuação de figuras masculinas, através do conceito de “*habitus*” Bourdieu (2012) para desnudar a dominação masculina que é naturalizada através da hierarquização de gênero e conseqüentemente segmenta papéis destinados a mulheres e homens, no qual a política se demonstra como um espaço majoritariamente masculino que pode sediar violências de gênero, estigmatização dos corpos femininos, e impactar nas deliberações de temas que afetam a vida da mulher em sociedade. No entanto, algumas mulheres também podem ser cooptadas por esse sistema que se impõe através de uma cosmovisão patriarcal.

No segundo capítulo, dialogando, principalmente, com a tese de Bonfim (2024) foram apresentados os grupos políticos presentes no estado de 2007 a 2023, a fim de visualizar tanto as relações que se dão entre os grupos, mas também a presença das mulheres entre eles. Foi demonstrado que a existência das mulheres entre os grupos políticos nesse período é pequena e que as que estão inseridas são as que conseguem se manter no decorrer do tempo, haja vista que boa parte delas fazem parte de grupos políticos de bases familiares no estado. Foi relatado também, de forma sucinta, a carreira de Eliane Aquino e a sua importância no jogo político nos anos analisados, um exemplo de participação feminina na política que se estabelece também através da herança política do cônjuge.

O terceiro capítulo reúne a análise dos dados das mulheres candidatas às prefeituras do estado de Sergipe de 2008 a 2024, foram observadas as variáveis de autodeclaração étnico racial, grau de instrução e ocupação a fim de compreender o perfil social das mulheres que se candidatam às prefeituras, esses dados foram interpretados analisando também as informações do censo 2022 e do RASEAM (Relatório Anual Socioeconômico da Mulher). Por conseguinte, o questionamento levantado no início da monografia foi respondido acerca de entender quem são as mulheres que se candidatam ao cargo executivo na região, portanto, percebeu-se que as mulheres candidatas são majoritariamente pardas e brancas e possuem em maioria ensino superior completo, ocupam-se nas áreas da educação, saúde e serviço público.

Destarte, tanto os dados das eleitas como das candidatas evidenciou que a questão de gênero na política é perpassada pelas questões raciais. Nesse sentido, as mulheres brancas

eleitas lideram o percentual, mostrando que, mesmo que as mulheres pardas demonstrem expressividade nas candidaturas, elas não conseguem manter esta mesma representação entre as eleitas. Biroli (2018), assevera nesse sentido, que a divisão sexual do trabalho é também racializada fazendo com que as mulheres negras sejam colocadas em lugares de subserviência e não possuam as mesmas oportunidades de se engajar politicamente ou demarcar mais numericamente a sua presença na política institucional, no entanto, políticas públicas devem ser implementadas e fiscalizadas com mais veemência para que ocorra um processo de inclusão e equidade neste aspecto. Ademais, Gonzales (2020) critica a naturalização desse processo social que subalterniza a presença das mulheres negras na sociedade.

Por consequência, quando se trata das eleitas, a maioria delas são mulheres brancas com ensino superior completo, percebe-se também um número relevante de reeleições, isto é, existe um perfil de mulheres que conseguem se manter na vida política por determinado tempo, estas são brancas e com grau de instrução mais elevado. Posto isso, o ensino superior completo se mostrou um condicionante importante na vida de mulheres que buscam entrar e que se mantêm na política, no entanto, muitas ocupações declaradas estão na seara dos cuidados, como; professoras, enfermeira, secretárias e etc., porém, majoritariamente professoras.

Esse fato coaduna com as observações de Barreiras (1998) e Rabay *et.al* (2013) quando identificam que algumas virtudes são atreladas às mulheres, “qualidades” essas que são utilizadas em justificativas quando se referem a presença feminina em ocupações que demandam o cuidado. Com isso, esses aspectos excedem a vida privada para a vida profissional, mas também a vida pública a medida que se suscita a crença que a presença de mulheres nas prefeituras é demandada para suprir carências em setores que se atrelam ao cuidado materno, enquanto as competências administrativas que precisam ser incorporadas devem advir de figuras masculinas.

Esse trabalho contextualiza alguns aspectos da participação feminina na política, no entanto, alguns desses podem ser aprofundados em trabalhos posteriores. Sugiro, o estudo da análise da importância dos grupos políticos como condicionantes sociais que atuam na manutenção de mulheres de grupos de base familiar na política, compreendendo a origem social das mulheres, a sua relação com o grupo político no estado ou com as dinâmicas políticas locais do município, no caso de prefeitas.

É interessante também, observar o momento histórico vivido pela cidade de Aracaju nas eleições de 2024 pela expressividade no número de mulheres que concorreram ao cargo,

das oito candidaturas, cinco eram mulheres. Neste ano, a primeira mulher prefeita foi eleita na cidade. Uma eleição marcada por diversos padrões de candidaturas e acionamento de recursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCÁNTARA, Manuel. **A Profissionalização da Política**. trad. Renata Oliveira Rufino. Pós- Graduação Ciência Política, UFPR, Curitiba, 2016.
- ARAÚJO, Clara. **Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, 2009.
- ARAÚJO, Clara. **Mulheres e Representação Política: a experiência das cotas no Brasil**. Revista Estudos Feministas, 1998.
- AURELIANO, Niara. SANTANA, Nara Maria. **Quem é pardo no nordeste brasileiro? Classificações de “morenidade” e tensões raciais**. Revista Maracanan, Rio de Janeiro, 2021.
- BARREIRA, Irllys. **Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil**. Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, Rio de Janeiro, 1998.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: Limites da democracia no Brasil**. Boitempo, São Paulo, 2018.
- BLAY, Eva. **As Prefeitas: a participação política da mulher no Brasil**. 2.ed. Humanitas, São Paulo, 2015.
- BONFIM, Fagner. **A construção de lideranças políticas: alianças, redes de relações e dominação em Sergipe**. TESE, Doutorado em Sociologia. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner, 11ª ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Editora Bertrand Brasil S.A. Rio de Janeiro, 1989.
- CAMARGO, Carla Souza de. **Partidos e grupos políticos num município do sertão de Pernambuco**. DISSERTAÇÃO - Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.
- COMERFORD, John. BEZERRA, Marcos Otavio. **Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política**. NUAP, Análise Social, 2013.
- CORADINI, Odaci Luiz. **Categorias sócio-profissionais, titulação escolar e disputas eleitorais**. Revista Sociologia Política, Curitiba, 2012.
- COSTA, Ana Alice. **As donas no poder: mulher e política na Bahia**. NEIM/UFBA, Assembléia Legislativa da Bahia, 1998.

- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Apresentação: Fernando Henrique Cardoso, Global, São Paulo, 2003.
- GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro latino americano**. Zahar, 2020.
- GUIMARÃES, Antonio. **Como trabalhar com “raça” em sociologia**. Educação e Pesquisa, São Paulo, 2003.
- LIMA, Elizabeth. **A continuidade do poder através das mulheres: O caso das famílias Ribeiro e Toscano na Paraíba**. Revista NEP-UFPR (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, 2017.
- MIGUEL, Luis Felipe. QUEIROZ, Cristina. **Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2006.
- NOVELLINO, Maria Salet. TOLEDO, Maria Luíza. **As mulheres no campo político: uma análise das candidaturas femininas às prefeituras brasileiras (2000-2016)**. Inc.Soc, Brasília, 2018.
- OLIVEIRA, Wilson. PETRARCA, Fernanda. **O poder das famílias na política: das parentelas às redes de base familiar**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 2024.
- OLIVEIRA, Wilson. PETRARCA, Fernanda. **Parentelas, Grupos dirigentes e Alianças políticas**. Política e Sociedade, Florianópolis, 2017.
- QUEIROZ, M.I.P. **O Coronelismo numa interpretação sociológica**. In: *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1997.
- RABAY, Glória. CARVALHO, Maria Eulina. SILVA, Lucimeiry. **As prefeitas paraibanas de 2013 a 2016**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, Florianópolis, 2013.
- RUFINO, Ângela Maria. SENNA, Luiz Antonio. SOUZA, José Valderi. **A identidade indígena em tempos contemporâneos**. Revista Fórum Identidades, Universidade Federal de Sergipe, 2022.
- SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. Moderna, São Paulo, 1987.
- SANTOS, Pâmella. **Em nome das redes: família, amizades políticas e alianças em Sergipe**. TESE, Doutorado em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2020.
- SCHULZ, Rosângela. MORITZ, Maria Lúcia. **Mulheres vitoriosas na política: estudo comparativo entre candidaturas ao cargo de deputado estadual no RS em 2010**. Sociologias, Porto Alegre, 2015.

SOUZA, Fernanda. **Representação feminina no poder legislativo: cotas eleitorais de gênero e o papel do partido político**. DISSERTAÇÃO - Mestrado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

WEBER, Max. **A política como vocação**. In: Ciência e Política. Duas vocações. 16° ed. trad. Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. Editora Cultrix, São Paulo, 2000.